

ADRIANA SOARES VIANA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DOS SINDICATOS:** um estudo de  
caso do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino

Belo Horizonte  
Escola de Ciência da Informação/UFMG  
2015

ADRIANA SOARES VIANA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DOS SINDICATOS:** um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da informação/UFMG.

Orientador: Prof: Dr. Rubens Alves da Silva

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade (ICS).

Belo Horizonte  
Escola de Ciência da Informação/UFMG  
2015

Viana, Adriana Soares.

V614p

Práticas informacionais no contexto dos sindicatos [manuscrito]: um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino / Adriana Soares Viana. – 2015.

119 f., enc. : il.

Orientador: Rubens Alves da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 107-112.

Apêndice: f. 103-119.

1. Ciência da informação – Teses. 2. SINDIFES -- Teses. 3. Sindicatos - Servidores públicos – Teses. 4. Sindicatos – Estudo de usuários – Teses. 5. Movimentos sociais – Teses. 6. Cidadania – Teses. I. Título. II. Silva, Rubens Alves da. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:331.105.44



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

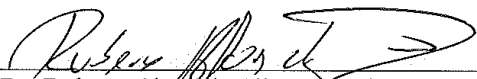
"PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DOS SINDICATOS: UM ESTUDO DE CASO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO"

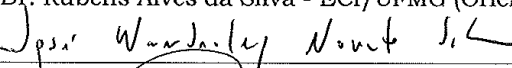
Adriana Soares Viana

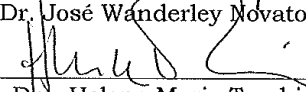
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "mestre em **Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Dissertação aprovada em: 25 de setembro de 2015.


Por:

  
Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - ECI/UFMG (Orientador)


  
Prof. Dr. José Wanderley Novato Silva - PUC/MG

  
Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
Profa. Beatriz Valadares Cendón  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

  
Prof. Rubens Alves da Silva  
Orientador



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Ciência da Informação**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ADRIANA SOARES VIANA**, matrícula:  
2013708585

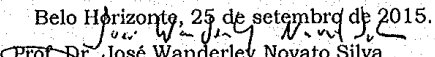
Às 15:00 horas do dia 25 de setembro de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 04/09/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *Práticas informacionais no contexto dos sindicatos: um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino*, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Rubens Alves da Silva, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

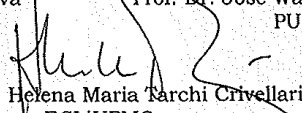
Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - Orientador	APROVADA
Prof. Dr. José Wanderley Novato Silva	APROVADA
Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

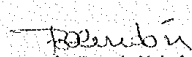
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

  
Prof. Dr. Rubens Alves da Silva  
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2015.  
  
Prof. Dr. José Wanderley Novato Silva  
PUC/MG

  
Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari  
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

  
Profa. Beatriz Valadares Condón  
Coordenadora do Programa Pós-Graduação  
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

*Aos meus pais,  
Francisco e Jandira,  
por sempre me incentivarem a prosseguir nos estudos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me conceder fé, saúde e foco para seguir na jornada.

A toda a minha família. Em especial, aos meus pais, Francisco e Jandira, pelo valor que sempre deram aos estudos, mesmo nos momentos difíceis. Às minhas irmãs-amigas, Andreia e Jussara, por sempre estarem por perto. E a vovó Maria, que sempre comemorava cada conquista.

As minhas amigas Patrícia e Eliane, simplesmente por serem sempre amigas.

A toda a equipe da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional: Iris, Sheila, Margarida, Valdir, Márcia, Sandra e Heloísa, por se disporem a ajudar desde o momento em que comecei o curso de mestrado, inclusive cobrindo o meu horário quando preciso.

As minhas “gurus”, Andreia e Sheila, colegas de profissão e de curso, por me darem “toques” em relação à pesquisa quando precisei e por estarem sempre dispostas a ajudar.

Ao professor Rubens Alves da Silva, por orientar esta pesquisa, apesar das dificuldades enfrentadas durante o percurso.

Aos professores Carlos Alberto Araújo (Casal), Guiomar Frota e Dalgiza Oliveira, por participarem da banca de qualificação e contribuírem para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores que integraram a banca de defesa: Helena Crivellari, Wanderley Novato e Alcenir dos Reis pela disponibilidade e contribuições.

A todos os professores, servidores e colegas da Escola de Ciência da Informação.

A professora Rosilene Horta Tavares da Faculdade de Educação (FAE) pelas contribuições bibliográficas oferecidas no curso de Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES), que serviram também de subsídio teórico para a realização dessa dissertação.

Aos TAE (técnico-administrativos em educação) por concederem as entrevistas importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao SINDIFES (Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino), por todo o material disponibilizado e aos membros do sindicato, por concederem informações ou participarem das entrevistas.

E, por fim, a todos que influenciaram ou contribuíram, de forma direta ou indireta, para a construção desta dissertação.

*“A maior recompensa pelo nosso trabalho não é o que nos pagam por ele, mas aquilo em que ele nos transforma.”*

*John Ruskin*

## RESUMO

Esta dissertação consiste de um estudo de caso realizado no Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES), objetivando compreender as práticas informacionais dos associados, ou seja, os técnico-administrativos em educação (TAE), que acessam a informação no âmbito sindical. Considerando os serviços oferecidos pela entidade, com foco nas ações desenvolvidas respectivamente pelo Departamento de Assessoria Jurídica, Centro de Memória e Grupos de trabalho (GT). Para tanto, o esforço da pesquisa foi tentar esclarecer os fatores intervenientes na história do sindicalismo brasileiro, como as transformações do mundo no trabalho decorrentes do avanço da tecnologia e da reestruturação produtiva, com ênfase nas temáticas: “Terceirização” e “Precarização do trabalho”, que afetam todos os trabalhadores, independente das formas de emprego, formal, informal ou pública. Assim, para o desenvolvimento da pesquisa a fundamentação teórica adotada situa-se da perspectiva do Estudo de Usuários (EU) e suas abordagens, considerando particularmente a abordagem social, partindo-se do pressuposto de que as práticas informacionais dos sujeitos que fazem uso da informação que é disponibilizada no âmbito dos sindicatos são definidas também por suas interações sociais. Associado a esta perspectiva teórica, o método priorizado na pesquisa, foi o método qualitativo juntamente com o recurso da observação participante e técnica de entrevista semi-estruturada. Finalmente os resultados alcançados pela pesquisa sustentam, primeiramente, a interpretação de que a informação acessada no âmbito do sindicato assume importante papel social, como elemento de ação que pode servir para a o processo de conscientização política do associado que a acessa; Em segundo, a avaliação de que os TAE possuem conhecimento sobre o sindicato como entidade representativa em prol do coletivo e das ações sindicais que contribuem para a construção de uma consciência politizada. E para completar a pesquisa ainda levou à percepção de que os trabalhos relacionados a discussões de questões relativas ao cotidiano dos TAE ainda precisam ter seus espaços de debates ampliados, considerando sobretudo a relevância dos GT (Grupos de trabalho).

Palavras-chave: Práticas informacionais. Sindicato. Movimento social. Estudo de usuários. Cidadania. Trabalho.

## **ABSTRACT**

The present dissertation is a case study carried out at the Union of the Workers of Brazilian Federal Educational Institutions (SINDIFES), with the aim of understanding the informational practices of the affiliated members, the Administrative Technicians in Education – TAE, who access information within the union scope. The services rendered have a focus in the actions developed by the Department of Legal Assistance, the Memorial Center and the Work Groups - GT. In order to carry out this research, one attempted to understand all the intervenient factors in the history of Brazilian unions, such as the transformation of the labor world due to the advances of technology and the productive re-structuring, with an emphasis on the themes: outsourcing and job insecurity, which affect all workers, independently of whether the jobs are formal, informal or civil service. Therefore, in order to develop the present research, the adopted theoretical base lies in the perspective of the User Study and its approaches, with an emphasis on the social approach, ranging from the presupposition that the informational practices of individuals who use information in the scope of unions are also defined by their social interactions. In association to the theoretical perspective, one used a qualitative method, with the use of participative observation aided by the semi-structured interview technique. Firstly, the results show that the interpretation of the information accessed within the union scope takes an important social role, as an element of action that may be of use for the process of political awareness of the affiliated member who uses this information. Secondly, one showed that TAE perceive the union as a representative entity in favor of the collectivity and of the union actions that contribute for the construction of a political awareness. Finally, the research also suggests that the works related to the discussion of questions regarding the daily basis of TAE still need to be deepened, especially when one considers the relevance of the Work Groups.

**Key Words:** Informational Practices. Unions. Social Movement. User Study. Citizenship. Labor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1	Pirâmide de Maslow.....	49
Figura 2	Modelo do <i>sense-making</i> de Dervin.....	51
Figura 3	Bases de atuação do SINDIFES no estado de Minas Gerais.....	67
Quadro 1	Entrevistados representantes da população alvo.....	76
Quadro 2	Temáticas abordadas nas entrevistas de forma resumida.....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASSUFEMG	Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais
CAED	Centro de Apoio à Educação à Distância
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CI	Ciência da Informação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONTIFES/BH	Congresso dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRH	Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EU	Estudo de Usuários
FAE	Faculdade de Educação
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
GIFES	Gestão de Instituições Federais de Educação Superior
GIZ	Rede de práticas do ensino superior
GT	Grupo de Trabalho
HC	Hospital das Clínicas
IBM	International Business Machines
ICS	Informação, Cultura e Sociedade
IFES	Instituições Federais de Ensino
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
PCC-TAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PROGRAD	Pró Reitoria de Graduação
PRORH	Pró Reitoria de Recursos Humanos
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDIFES	Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino

STF	Superior Tribunal Federal
TAE	Técnico-Administrativos em Educação
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Justificativa.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Objetivos .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Estrutura da dissertação .....</b>	<b>21</b>
<b>2 O MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 As transformações do mundo do trabalho .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.1 Flexibilização na organização do trabalho.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.2 O mercado capitalista e a terceirização do trabalho .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.3 Precarização do trabalho.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 O movimento sindical no Brasil .....</b>	<b>34</b>
<b>2.2.1 Os sindicatos no setor público.....</b>	<b>44</b>
<b>3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS À LUZ DA ABORDAGEM SOCIAL DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS (EU).....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Estudo de Usuários: necessidades, busca e uso da informação .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1.1 Abordagens dos Estudos de Usuários.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2 Práticas informacionais nos sindicatos .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2.1 Informação, tecnologia e comunicação sindical .....</b>	<b>60</b>
<b>3.2.2 Informação para a cidadania .....</b>	<b>62</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 Contextualização: Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino e serviços oferecidos.....</b>	<b>66</b>
<b>4.2 Estratégias adotadas para o estudo.....</b>	<b>72</b>
<b>4.3 Procedimentos.....</b>	<b>73</b>
<b>4.4 Sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>75</b>
<b>5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>77</b>
<b>5.1 Caracterização da base sindical .....</b>	<b>81</b>

<b>5.2 Motivação para a procura do sindicato .....</b>	<b>86</b>
<b>5.3 Caracterização dos serviços de informação oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino .....</b>	<b>90</b>
<b>5.4 Informação para a cidadania dos técnico-administrativos em educação ....</b>	<b>96</b>
<b>5.5 Práticas informacionais dos técnico-administrativos em educação .....</b>	<b>98</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O sindicato é uma entidade representativa que proporciona aos trabalhadores a liberdade de organização. O exercício sindical é um direito dos trabalhadores. O movimento sindical passou por diversas mudanças ao longo da sua história.

No Brasil, os primeiros movimentos de organização dos trabalhadores originaram-se na virada do século XIX para o século XX, quando os operários das fábricas e das colheitas de café começaram a se organizar em defesa dos seus direitos, devido aos problemas enfrentados no trabalho. Durante o governo do presidente Getúlio Vargas, esse movimento evoluiu, transformando-se em sindicatos, um instrumento mediador que garantia o direito dos trabalhadores perante o patronato.

Posteriormente, o movimento sindical passou por diversas mudanças e momentos históricos, sempre diretamente relacionados ao momento político que se estabelecia no País. O sindicalismo no Brasil, em particular, sofreu um declínio no começo da década de 1990, acompanhando a tendência mundial, devido às transformações estruturais do mundo do trabalho e da economia.

A informação sindical busca sensibilizar e estabelecer um diálogo com quem é representado pelo sindicato, bem como promover o fortalecimento da entidade perante a sociedade. Os sindicatos caracterizam-se como espaços que abrigam grande fluxo informacional, uma vez que a informação que circula no ambiente é um elemento chave tanto para os dirigentes quanto para a base sindical.

O Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) foi fundado em 30 de outubro de 1992, durante o I Congresso dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte (CONTIFES/BH). É filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFES) viram na criação do sindicato uma forma de responder a suas necessidades e demandas.

A base do SINDIFES é composta pelos trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Atualmente, o sindicato conta 4.567 associados.

Em seu site, o SINDIFES assinala que, desde a sua fundação vem preconizando o conceito de “sindicato-cidadão”, que é definido como o engajamento para além dos interesses setoriais. Com esse intuito o sindicato sempre procurou intervir amplamente em temas como “Defesa do direito à educação de qualidade, em todos os níveis e à saúde”, além de outras iniciativas que expressem a consciência política e social dos servidores, buscando sempre o exercício da cidadania. Assinala, ainda, que a entidade “luta pela defesa dos direitos da criança, do adolescente e da mulher; o combate à discriminação racial; a luta pela reforma agrária; participa das campanhas de combate à fome e em outras iniciativas que expressem a consciência política dos trabalhadores” (SINDIFES, 2015).

Essas ações são promovidas pelos diferentes setores e/ou departamentos que configuram a estrutura organizacional e política do SINDIFES e se destacam como fontes principais das informações fornecidas por este sindicato, visando auxiliar tanto os servidores técnico-administrativos em educação (TAE), componentes da base, quanto os dirigentes sindicais. A análise desses departamentos contribui para a compreensão da problemática proposta neste estudo. Neste sentido, esta pesquisa aprofundou na análise do Departamento de Assessoria Jurídica, do Centro de Memória e dos Grupos de trabalho (GT), por acreditar que estes departamentos assumem o papel de disseminadores de informação, ainda que com diferentes características e particularidades, que serão abordados adiante.

Aborda-se a prática informacional dos TAE, que aqui é considerada como o estudo dos fenômenos informacionais, a partir da atuação e da perspectiva desses atores (base e dirigentes do sindicato) na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação das informações no contexto do SINDIFES. Ou, ainda, a ação vivenciada pelos atores envolvidos no movimento sindical que geram e

compartilham informação, dando significado a ela a partir de suas vivências e interações cotidianas.

O problema formulado neste estudo orientou-se pelo seguinte questionamento: De que forma ocorrem as práticas informacionais da base e dos dirigentes sindicais no Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino?

Marteleto (1992, p. 12) e Pinto (2004, p. 39) sintetizam as práticas informacionais de uma forma pertinente à pesquisa ao argumentarem que se trata dos “mecanismos pelos quais os significados, símbolos e signos são transmitidos por meio de aparelhos simbólicos [...] e se internalizam nos indivíduos gerando a estrutura da sua vida cotidiana”.

Para os propósitos deste estudo, priorizou-se a abordagem social do Estudo de Usuários (EU) da Ciência da informação (CI), entendendo, portanto, os dirigentes sindicais e os TAE como usuários da informação.

A abordagem social do EU leva em conta o contexto no qual o usuário está inserido. Desse modo, a compreensão das ações e práticas informacionais dos sujeitos é tomada a partir de seu contexto, histórico, político, econômico e sociocultural.

No contexto dos sindicatos, a informação é utilizada para subsidiar as atividades de defesa e mobilização da categoria, entre outras atividades. Dantas (2003) argumenta que todos os indivíduos necessitam de informação que ofereça a possibilidade de colocar em ação o seu ser social.

Torna-se importante ressaltar que no âmbito dos sindicatos a questão informacional não pode ser pensada como algo imparcial, desprovida de crenças ou ideologia. Ela vem de um lugar definido, sendo constituída por algum ponto de vista determinado por atores sociais que vivem determinado momento histórico, com interesses em jogo.

Pode-se avaliar que no cotidiano das entidades representativas, a informação possui também um valor estratégico, contribuindo em variadas atividades desenvolvidas:

realização de pesquisas, debates e pareceres, entre outros. Alguns autores apontam que para o dirigente sindical a informação é parte fundamental da ação sindical (ARAÚJO, 1998, BAPTISTA, 2001, OLIVEIRA, 2005. ADÃO 2008).

### **1.1 Justificativa**

Com base na leitura preliminar sobre as práticas informacionais nos movimentos sociais, em especial nos sindicatos, foi percebida a relevância da realização de estudos no campo da Ciência da Informação (CI) focalizando esta temática.

Ao considerar os sindicatos como um tipo de organização social e política, salienta-se o interesse pelos processos de práticas informacionais contextualizados nesse espaço e sua singularidade. Atentando para a dinâmica das práticas informacionais, pode-se avaliar o papel central da informação no âmbito sindical, tendo em perspectiva que ela ocorre a partir da busca dos atores sociais por informação e, em certo sentido, ocorre também, a ampliação do conhecimento de seus direitos trabalhistas, políticos e sociais.

Esse pressuposto se explica ao levar em conta o papel que a informação desempenha nos sindicatos, pois o movimento social ocorre a partir da interação dos atores sociais na busca por informação e conhecimento. Essa busca permite aos atores sociais construir suas próprias histórias, tornando-se capazes de conquistar seu espaço como sujeitos mais atuantes na sociedade (PINTO, 2004).

Para justificar a pertinência desta nossa escolha, levou-se em conta também a carência de estudos que abordem a questão das práticas informacionais na perspectiva que se buscou investigar. Conforme esclarece Adão (2008), ainda são raros os estudos sistemáticos que se dedicaram à temática das práticas informacionais nos sindicatos do ponto de vista da área da Ciência da Informação.

Em reforço a esse argumento, Araújo (1998) adverte para a importância do aprofundamento de pesquisas e estudos sistematizados sobre práticas informacionais em outros contextos e grupos sociais que não sejam apenas as ONGs, conforme seu objeto de estudo, como contribuição para o campo da CI.

Isso posto, cabe salientar que neste estudo a atenção é voltada para os sujeitos considerados em seu contexto de ação e interação social, tendo em perspectiva a compreensão do processo da construção e significação do seu mundo social (SILVA, 2008). Conforme argumentam Pinto e Araújo (2012), é preciso aprimorar o estudo da subjetividade dos usuários da informação, considerando as complexas relações que os cercam, com o objetivo de melhorar os serviços de informação, de forma que para cada indivíduo exista um serviço que atenda a suas necessidades.

No caso do presente estudo, entende-se que entre as contribuições do sindicato, além da própria defesa de interesses da categoria dos associados, é também proporcionar aos sindicalizados estímulo ao processo de conscientização de cidadania mais ampla.

A definição de cidadania mais adequada aos fins desta pesquisa é formulada por Araújo (1998), que a define como: ações sociais desenvolvidas por indivíduos ou grupos de indivíduos, sejam eles ONGs, sindicatos, associações, entre outras. Essas ações sociais são sustentadas pela crença na igualdade de todos os homens perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras de direitos e deveres, tendo como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis. Assim, é entendido que a informação em um contexto de cidadania, subsidia a ação política.

Quanto à importância das práticas informacionais para a construção da cidadania, Reis, Silva e Massensini (2011, p. 22) destacam que *informação* e *cidadania* são termos que se completam e estão diretamente ligados. Ou seja, ambos corroboram a possibilidade do exercício da cidadania, sendo que na atual sociedade o acesso à informação tornou-se pré-requisito para o estado de cidadão pleno.

Este estudo parte do pressuposto de que quanto maior o acesso às informações disponibilizadas pelos movimentos sociais, maiores as possibilidades de acesso aos direitos ou condições de cidadania. Isso explica a prioridade dada na pesquisa à análise do papel social da informação, com ênfase nas temáticas em evidência na Ciência da Informação (CI), tais como: “democratização da informação”, “cidadania” e “exclusão”. Araújo (2009 p. 116) sustenta que para o estudo desses temas é necessário levar em conta a “historicidade dos sujeitos, a totalidade dos fenômenos sociais e políticos, assim como a tensionalidade constante presente na sociedade”.

Conforme percebido pela leitura preliminar de estudos sobre o assunto, ficou aparente a necessidade do desenvolvimento de pesquisas no campo da CI que abordem o papel da informação nos movimentos sindicais, que ainda é escasso. Em vista dessa lacuna é que se recorreu aos autores supracitados, no esforço de delimitar neste estudo as práticas informacionais dos atores sindicais, com vistas à prática da cidadania, como um vasto campo de estudo a ser explorado.

## **1.2 Objetivos**

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

Delimitou-se como objetivo geral da pesquisa:

Compreender as práticas informacionais da base e dos dirigentes sindicais que buscam e disponibilizam informações no Departamento de assessoria jurídica, no Centro de Memória e nos Grupos de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino.

### ***1.2.2 Objetivos Específicos***

A partir do objetivo geral exposto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

a) Caracterizar os principais serviços oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino à base sindical;

- b) Investigar como as práticas informacionais são processadas nesses espaços de interlocução: Departamento de Assessoria Jurídica, Centro de Memória e Grupos de Trabalho, conforme suas particularidades;
- c) Contribuir para o conhecimento do comportamento informacional dos indivíduos (base e dirigentes) que acessam a informação disponibilizada pelo sindicato;
- d) Avaliar se a informação prestada pelo sindicato constitui-se como elemento de mobilização social e de cidadania na perspectiva dos dirigentes e da base sindical.

### 1.3 Estrutura da dissertação

Este estudo está estruturado em seis capítulos, que buscam esclarecer as indagações aqui elencadas, com base no referencial teórico consultado e analisado.

No **capítulo 1**, a introdução, apresenta-se a justificativa e a motivação para realização dessa pesquisa. O problema que conduz a pesquisa e os objetivos, geral e específicos.

O **capítulo 2**, “O mundo do trabalho e o movimento sindical no Brasil”, apresenta a primeira parte do referencial teórico, que aborda as transformações do mundo do trabalho com o avanço da tecnologia e a reestruturação produtiva, com ênfase nas temáticas: “terceirização” e “precarização do trabalho”, que afetam todos os trabalhadores, independente das formas de emprego: formal, informal ou pública.

Segue um breve histórico do movimento sindical no Brasil, a partir do governo Getúlio Vargas, que procurou elucidar as estratégias adotadas pelo movimento sindical, a partir das transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil. Enfatizou-se a presença dos sindicatos no setor público, com suas particularidades.

No **Capítulo 3**, “Práticas informacionais à luz da abordagem social dos estudos de usuários” é discutida a segunda parte do referencial, com a fundamentação teórica que embasa esta pesquisa. Inicia-se com uma síntese teórica do Estudo de Usuários, com ênfase na abordagem social, pois essa área possui um importante

referencial teórico já sistematizado para o estudo aqui proposto. Na sequência, abordam-se as práticas informacionais nos sindicatos, com ênfase nas temáticas: “informação”, “cidadania” e “tecnologia”.

No **capítulo 4** descreve-se a metodologia da pesquisa, procurando explicar as escolhas feitas para a coleta e análise dos dados coletados, construídas no processo da investigação empírica. Na subdivisão desse tópico, a pesquisa é contextualizada a partir da caracterização do SINDIFES. Além disso, também são caracterizados os setores escolhidos para a realização do trabalho de campo: O serviço de assessoria jurídica, o Centro de Memória e os Grupos de trabalho.

O **capítulo 5** “Trajetória da pesquisa de campo e interpretação dos dados” comporta o detalhamento de todo o processo da pesquisa de campo: coleta, análise e interpretação dos dados, a partir do referencial teórico e da metodologia expostos nos capítulos anteriores.

E por fim, no **capítulo 6** formulam-se as considerações finais relacionadas ao trabalho de campo e a pesquisa aqui proposta.

## **2 O MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL**

Na primeira parte deste capítulo, procurou-se elucidar a trajetória da reestruturação produtiva e as novas relações de trabalho, ocasionadas também pela inserção das tecnologias e pela necessidade de novos conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores. Aborda-se também, as tendências desse processo e sua possível influência no enfraquecimento do movimento sindical.

Na segunda parte do capítulo apresenta-se uma síntese do movimento sindical no Brasil a partir da década de 1940 e sua relação com os movimentos políticos instaurados nos país a partir desse período.

### **2.1 As transformações do mundo do trabalho**

A utilização da informação e da Tecnologia da informação (TI) redefine e modifica as formas de organização das relações sociais, pessoais e organizacionais estabelecidas na sociedade. Araújo (1998) conceitua as novas tecnologias da informação como equipamentos que podem desempenhar tarefas que envolvem como elementos principais o processamento e a transmissão de informações, por meio dos quais se tem a possibilidade de armazenar, acessar, usar e transferir uma gama de informações.

É perceptível que o desenvolvimento tecnológico propiciou a maximização da produção (qualidade em larga escala), via acumulação de capital em menor tempo, ocasionando a economia de trabalho. O suporte tecnológico desempenha um importante papel na padronização e sistematização dos produtos do trabalho.

A partir desse desenvolvimento, as empresas detêm o conhecimento científico como forma de desenvolver as técnicas de produção, visando à acumulação de capital. Assim, a utilização das novas tecnologias no trabalho acelera o processo produtivo. Porém, Rada (1982) *apud* Kumar (1997, p. 44) destaca que o uso das novas tecnologias também é responsável por reforçar as desigualdades já existentes na sociedade.

O trabalho e o lazer são ainda mais industrializados, ainda mais submetidos a estratégias fordistas e tayloristas de mecanização, rotinização e racionalização. As desigualdades sociais existentes são mantidas e ampliadas. Abre-se um novo “hiato de informação” entre produtores e usuários da nova tecnologia e os que – cidadãos comuns, trabalhadores semiespecializados, países do Terceiro mundo – são seus clientes passivos, compradores e consumidores.

Esse novo mercado exige mão de obra qualificada, refletindo diretamente na diminuição de cargos de trabalho disponíveis. O uso das novas tecnologias afeta diretamente a questão do emprego, dos trabalhadores e do mundo do trabalho como um todo, causando diversos impactos negativos, por exemplo, a precarização do trabalho e piora das condições gerais de trabalho, mediante a diminuição de salário e benefícios destinados aos trabalhadores (TAVARES, 2004).

Os processos produtivos atuais também foram incrementados com as novas tecnologias (robótica, microeletrônica, nanotecnologia, telemática, etc). Para a classe trabalhadora, de certa maneira, isso significa a necessidade de mais investimento em seu próprio conhecimento intelectual e em sua maior qualificação, uma vez que os postos de trabalhos foram diminuídos em função do desenvolvimento tecnológico.

A partir do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de mão de obra qualificada, percebe-se cada vez mais a crescente importância do conhecimento para o desenvolvimento capitalista no quadro atual. Como “conhecimento” pode-se definir as habilidades que os trabalhadores que possuem mão de obra qualificada adquirem ou acumulam por meio da educação, formal e informal, e da experiência profissional. Muitas vezes, mesmo os trabalhadores que possuem mão de obra qualificada têm sofrido com a crescente desvalorização das condições de trabalho.

O conhecimento das tecnologias e a qualificação são necessários, mas não necessariamente garantem um bom cargo, qualidade de vida no trabalho e alto rendimento ao trabalhador. Esse quadro torna-se claro devido ao grande número de pessoas qualificadas, porém desempregadas (ANTUNES, 1995; TAVARES, 2004).

Tal situação revela a importância das lutas coletivas, por intermédio dos sindicatos e/ou das organizações de base dos próprios trabalhadores.

### **2.1.1 Flexibilização na organização do trabalho**

As teorias da sociedade da informação enfatizam as forças de produção, bem como as inovações tecnológicas e as relações sociais que determinam seu uso e aplicação. Por forças de produção entende-se tudo aquilo que interfere nas relações das forças produtivas do homem com a natureza, incluindo o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia é um meio de intervir nestas relações do homem com a natureza para transformar o ambiente. Nesse sentido, a tecnologia integra o campo das forças produtivas. Ainda sob esse aspecto, as tecnologias contribuem para a flexibilização na organização do trabalho (ANTUNES; BRAGA, 2003).

Antunes e Braga (2003) apontam que a flexibilização em nada contribui para ampliar os índices de ocupação. Pelo contrário, aqui é vista como uma imposição à força de trabalho, para que sejam aceitos salários mais baixos e piores condições de trabalho.

Ainda nesse aspecto, falando da realidade vivenciada na atualidade no mercado de trabalho, Antunes e Braga (2003, p. 235) destacam:

Entre as distintas formas de flexibilização – em verdade, precarização – podemos destacar, por exemplo, a salarial, de horário, funcional ou organizativa. A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando as produções e as vendas diminuem; liberdade sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.) dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho.

As teorias do pós-fordismo enfatizam as relações de produção. Há grande ênfase nas relações dos homens entre si e na relação com o campo do trabalho. O pós-fordismo pode ser compreendido como um dos paradigmas da teoria do pós

industrialismo, formulados por pensadores marxistas (KUMAR, 1997). Desse modo, é utilizado para designar não apenas um novo modelo de gestão produtiva, mas também o período de mudanças do capitalismo, que foi acompanhado da ascensão de novas configurações da organização industrial e da vida social e política. Tais transformações foram originadas a partir da crise estrutural do fordismo<sup>1</sup>, desencadeada no início dos anos 1970 (KUMAR, 1997).

A mudança no sistema vigente existe quando ocorrem mudanças nas forças produtivas juntamente com as mudanças nas relações sociais de produção. Kumar (1997, p. 15) destaca que “o pós-modernismo é a mais abrangente das teorias recentes. Acolhe em seu generoso abraço todas as formas de mudança – cultural, política e econômica”. Ou seja, essas mudanças implicam também mudanças nas próprias relações de trabalho.

Como exemplo, Kumar (1997) destaca a região da Terceira Itália<sup>2</sup>, durante as décadas de 1970 e 1980, uma área dinâmica de pequenas empresas nas regiões central e norte, núcleos de prósperos de distritos industriais. Tratava-se de pequenas oficinas, fábricas com reduzido número de proprietários, descentralização produtiva, integração social e indústrias caseiras de alta tecnologia, com operários altamente especializados. O autor fala que nesses casos há pouca diferenciação entre os supervisores, com uma divisão flexível do trabalho. Elucida, ainda, as relações entre essas empresas como uma integração mais horizontal, com uma dependência mútua e ampla faixa de operações especializadas.

Essas unidades estariam interligadas para dividir alguns serviços, estimuladas por subculturas socialistas e comunistas, partidos e outras instituições, que gerariam um clima de reciprocidade entre empregadores e empregados. Traduzidos por valores de baixo aluguel, estímulo ao treinamento de mão de obra, isenção fiscal e plano de serviços sociais.

---

<sup>1</sup> Teoria e modo de produção criado por Henry Ford (1863-1947) que deu prosseguimento ao *Taylorismo*. Seu procedimento industrial era baseado na linha de montagem para gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa. Inclusive pelos trabalhadores, que deveriam, com o desenvolvimento desse modo de produção, ser mais bem remunerados para um maior consumo. Onde existia a produção em massa, os operários ocupavam o mesmo espaço de produção.

<sup>2</sup> Região do Centro e do Nordeste do país, que apresentaram avanços continuados em seu desenvolvimento industrial, por meio de aglomerações de pequenas firmas.

Este modelo da Terceira Itália, que é tomado como referência, seria uma fuga para a proteção contra o trabalho organizado, que é uma grande conquista trabalhista da década de 1950. Brusco (1982, *apud* KUMAR, 1997, p. 50) destaca como aspectos da produção desse modelo a “descentralização produtiva e a integração social”.

Nos anos de 1950 quando os sindicatos eram instituições sólidas, principalmente na Europa, havia Estados de bem estar social, constituídos por meio de arranjos entre o Estado e o mercado, que geravam relativa estabilidade no emprego, e os serviços sociais avançavam em termos de direitos sociais.

Havia também o aumento da organização da força dos operários, com sindicatos fortes, mesmo nos países que tinham os sindicatos como empresas, como nos Estados Unidos; ou seja, o fortalecimento do trabalho e das organizações trabalhistas.

Na terceira Itália, as pequenas empresas, com menos de 20 empregados, ficavam isentas das principais causas das leis trabalhistas, recebendo incentivos fiscais. Assim, grandes empregadores, aliados a artesãos especializados, iniciaram um rigoroso trabalho para estimular a criação de pequenas empresas, que poderiam se encarregar da produção sem ter que seguir as restrições da legislação trabalhista em vigor na Itália.

Kumar (1997) destaca que no pós-fordismo esse modelo de descentralização flexível de pequenas empresas integradas da Terceira Itália é apontado como uma das formas de enfraquecimento da força de trabalho. Ao contrário do sistema fordista, em que todos trabalhavam fisicamente no mesmo espaço. Ocorre, também, a especialização para um fim, dentro da mesma linha.

É necessário destacar que nesse contexto há flexibilização também das condições de trabalho; ou seja, uma mão de obra que passa a lidar com condições de trabalho mais precárias. Esta seria a fase mais dura do capitalismo, com condições ainda maiores de exploração devido ao emprego de novos recursos tecnológicos e investimento na segmentação do mercado (KUMAR, 1997).

### **2.1.2 O mercado capitalista e a terceirização do trabalho**

Tavares (2004) aponta que, historicamente, o trabalhador é visto simplesmente como instrumento necessário à obtenção de lucro. Nesse caso, não se trata da produção para o simples usufruto das necessidades básicas humanas, mas para a super exploração da mais-valia, como condição prioritária dos meios de produção capitalistas. O conceito de mais-valia pode ser compreendido como um excedente quantitativo de trabalho. No capitalismo, o trabalhador não recebe o valor real do seu trabalho, mas apenas o necessário para sobreviver, pois os donos dos meios de produção visam ao lucro. A mais-valia é, dessa forma, a base da acumulação capitalista (MARX, 1944).

Para Menezes (2008, p. 1), “com o advento do capitalismo, que subordina o trabalho às premissas do capital, o modo de produção das mercadorias em série somente poderia existir com a exploração do trabalhador na esteira das fábricas e na alienação coletiva em detrimento do saber cognitivo”. Assim, torna-se claro o poder que o sistema capitalista exerce sobre o indivíduo, sobretudo por meio da tecnologia, como instrumento massificador. Mas cabe ressaltar também que este instrumento é culturalmente necessário ao desenvolvimento do indivíduo e do próprio sistema.

Castells (1997) destaca a importância da revolução da tecnologia da informação, fazendo um paralelo com a Revolução Industrial, destacando-a como um evento histórico da mesma importância. Assinala, ainda, que a apropriação da tecnologia da informação amplificaria o poder dos indivíduos à medida que esta fosse difundida.

Fazendo um contraponto, Kumar (1997) destaca como exemplo o caso de uma das maiores empresas americanas do setor de tecnologia da informação (TI), a International Business Machines (IBM), em que o computador estabeleceria “controle humano” sobre os controles de produção e geraria maior envolvimento e satisfação no trabalho. Analisa, ainda, que neste contexto existe a ideia de que o trabalhador tem mais controle sobre seu próprio trabalho, atuando nestes contextos

não localizados. Porém, o que realmente ocorre é uma menor organização da classe.

Para Marques (2014), não existe consenso de que o desenvolvimento das tecnologias da informação e do conhecimento seja acompanhado de mudanças estruturais na acumulação e apropriação de riqueza e valor. Ao contrário, surgem novas formas de exploração e precarização do trabalho. Assim, ocorre a expansão do desemprego e do subemprego.

Marques (2014) assinala que os processos de produção são atualmente menos dependentes do maquinário industrial e da lógica da produção, pois depende-se muito mais de elementos imateriais, especialmente do saber e do conhecimento, que se tornam objetos de tensão entre aqueles que buscam sua apropriação.

Essas mudanças trazem consigo uma dimensão ideológica, que é a promessa do trabalho sem horário, que traz uma autossatisfação por poder ser feito em casa. Com essas mudanças existem modificações no processo de exploração da força de trabalho. Dessa forma, pode-se afirmar que os tipos de explorações não deixam de existir; apenas sofisticam-se.

De outro lado, existe outro processo em expansão que também contribui para a desorganização dos trabalhadores: a terceirização do trabalho, por meio do contrato provisório. Cita-se como exemplo as firmas terceirizadas dos setores de limpeza ou, mesmo, do setor de serviço, que é responsável por impossibilitar a organização dos trabalhadores.

Muitas vezes, esses trabalhadores terceirizados não possuem sindicato. Os processos de contratos, algumas vezes, são feitos para burlar as leis trabalhistas. No serviço público em especial, a terceirização já domina parte dos cargos, anteriormente ocupado por trabalhadores concursados.

No mundo do trabalho, esse processo de terceirização não ocorre apenas no Brasil, mas em escala mundial. Sobre o impacto desse processo nas iniciativas sindicais, Leite (1997, p. 10) observa:

As elevadas taxas de desemprego que acompanham o processo, a tendência das empresas a abandonar os tradicionais centros industriais (com forte tradição operária e sindical) em direção a novas regiões sem passado industrial e sindical (os *greenfields*), bem como o rápido processo de focalização da produção e desverticalização das empresas, que vem provocando a exteriorização das partes do processo produtivo para outras formas (terceirização), estão entre as causas principais do brutal enfraquecimento do poder sindical desde o início dos anos 80<sup>3</sup>.

Kumar (1997) elucida que durante os anos de 1870 a 1960 os trabalhadores estavam amparados por um capitalismo mais previsível e organizado, porém na atualidade existe um capitalismo diferenciado, que desfavorece as formas de organização dos trabalhadores. Ou seja, tem se destacado uma fase mais dura do capitalismo.

Com os passar do tempo, a classe trabalhadora está se fragmentando. A dificuldade de se organizar tem-se tornado cada vez maior. A falta do sentimento de pertencimento dificulta a identificação de uma classe.

Kumar (1997) aponta que com isso, a percepção da exploração entre classes diminuiu. Tornando-se mais fácil o indivíduo identificar-se localmente, ou em termos de gênero ou de comportamento cultural, do que em termos de pertencimento à classe. No momento presente, essa percepção torna-se fragmentada em múltiplas identidades.

No início da Revolução Industrial, não obstante a exploração de classes, existia um sentimento de identificação e pertencimento. Nesse contexto, a luta das classes era muito forte, trabalhando cada vez mais em grandes espaços. Surgia, então, a possibilidade de uma organização política maior. À medida que esse processo avançou, avançou também a conquista dos direitos trabalhistas.

---

<sup>3</sup> Aqui, a autora fala do processo de reestruturação da economia mundial e das tendências da competitividade internacional. Dessa forma, aqui o movimento sindical é abordado no âmbito internacional. Nesse nível o movimento enfrentava crise, ao contrário do que ocorria no Brasil, na mesma época, quando o movimento estava em ascensão.

Em um mercado globalizado de alta concorrência, é perceptível que a pressão é voltada para a redução dos direitos trabalhistas. Ou, ainda, os direitos dos trabalhadores são tidos como fator de impedimento ou entrave para a ampliação da capacidade de concorrência no mercado.

Tanto as teorias do pós-fordismo como as do pós-industrialismo mostram transformações no mercado e nas condições de trabalho. Na perspectiva dos autores citados, é evidenciado que os princípios básicos do sistema capitalista cooperam para a piora da qualidade de vida e para a redução dos direitos dos trabalhadores.

### **2.1.3 Precarização do trabalho**

A precarização das condições de trabalho acontece, muitas vezes, com o aumento da inserção da tecnologia nos meios de produção, que permite maior possibilidade de controle sobre o trabalho. Antunes (2008, p. 233) destaca que foi nesse contexto, aliado à valorização do capital, em detrimento da importância das condições de trabalho, que surgiu o *trabalho precário*, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.

A respeito do *trabalho precarizado*, Antunes (2008, p. 235) enfatiza que:

[...] são os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do Estado de bem estar social nos países do Norte e o aumento da desregulamentação laboral nos países do Sul, crescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização. No Brasil, quase 60% da população economicamente ativa encontra-se em situação próxima da informalidade em meados da década de 2000.

A disseminação da alta tecnologia nos mercados desencadeou o fenômeno de expansão mundial do mercado, isto é a transnacionalização. Fenômeno esse, que evidencia a desterritorialização dos relacionamentos políticos e sociais sustentados pelo sistema econômico capitalista. A atividade produtiva é repartida e cada área (produção, inovação, vendas) pode estar localizada em diferentes países, escolhidos

pela empresa transnacional, o que, na outra ponta, tem o intuito de causar a desmobilização por parte dos trabalhadores (TAVARES, 2004).

É importante ressaltar que esse processo de “escolha” leva em conta as vantagens comparativas que cada país oferece, como mão de obra barata, mercado e apoio aos investimentos, ou seja, fatores atraentes aos investimentos da organização.

Com a globalização do capital, nota-se o poder das organizações transnacionais, que optam por empregar trabalhadores nos países subdesenvolvidos, onde a mão de obra é barata e desarticulada. A desarticulação (ou desmobilização) se dá pela fragmentação dos trabalhadores, em meio aos diferentes tipos de processos de trabalho (terceirizados, informais, contratados, etc). Esse processo, muitas vezes, faz com que o indivíduo desconheça seus direitos. Cada trabalhador é responsável apenas pelo trabalho que realiza, independente do produto final e de todos os outros trabalhadores que participam do processo (TAVARES, 2004).

O trabalho terceirizado é caracterizado como um trabalho pouco qualificado, uma vez que visa o aumento da produção, independentemente da qualificação dos trabalhadores. Como exemplo, Tavares (2004) cita o caso de empresas como a *Nike* e a *Reebok*, que terceirizam seus serviços nos países subdesenvolvidos, onde a mão de obra é mais barata, devido à pouca qualificação dos trabalhadores e pouca oportunidade no mercado, como no Brasil. Também nesse sentido, Menezes (2008) afirma:

As leis do mercado liberal regem assimetricamente a oferta e a procura de mão de obra, cada vez mais desvinculada aos tributos pagos para o Estado pela contratação do trabalhador. Com o mote da “adequação de custos” e “flexibilidade da produção” (ou quaisquer efêmeros jargões do gênero), o capitalista subcontrata sua força de trabalho de forma a burlar em parte ou na sua totalidade a legislação oficial vigente e assim capitanear todo um exército de mão de obra de forma clandestina ou subempregada.

O trabalho informal ocorre no segmento do trabalho em desqualificação, uma vez que as pessoas que trabalham nesse ramo vivem de “bicos” e não possuem nenhum vínculo empregatício, passando por muitas dificuldades, já que não possuem nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária. Segundo Tavares (2004), muitos

dos oficialmente desempregados trabalham na economia informal. De certa forma, grande parte dos trabalhadores se vê obrigada a recorrer ao trabalho informal.

Para Menezes (2008), o trabalho informal pode ser definido não mais como uma função precária e provisória, mas como uma persistente ocupação para milhões de trabalhadores, sem a perspectiva de adentrarem para a legalidade das leis trabalhistas.

Assim, apesar da expansão mundial da economia capitalista, nota-se que o desemprego mundial tem crescido de forma exponencial nos últimos anos, fazendo com que a criminalidade aumente, atingindo todas as camadas sociais (ANTUNES, 1995). É perceptível que a falta de emprego gera a exclusão de algumas camadas sociais, que, frequentemente, acabam recorrendo à violência (tráfico de drogas, assaltos, entre outros) como forma de sobrevivência, uma situação vivenciada hoje no cotidiano de todo cidadão brasileiro.

Contudo, no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, percebe-se que este se processa em todos os campos. Apesar de excluir grande parte dos trabalhadores, ele acontece de forma irreversível, uma vez que tem contribuído para o desenvolvimento econômico mundial, o que o torna indispensável à evolução da sociedade nos moldes capitalistas.

Ficam evidentes as novas características que o mundo do trabalho adquiriu em decorrência das mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. O desenvolvimento tecnológico influenciou as relações de trabalho de forma singular. Dessa forma, ressalta-se a necessidade dos movimentos sindicais nesse contexto da reestruturação produtiva, uma vez que eles vislumbram a garantia dos direitos da classe de trabalhadores.

## 2.2 O movimento sindical no Brasil

No decorrer da história, as lutas sociais exerceram importante papel no desenvolvimento das políticas sociais e na criação das leis trabalhistas voltadas aos trabalhadores, que, por consequência, conseguiram garantir seus direitos. Como exemplo e consequência dessas lutas sociais podem ser citados os sindicatos. A origem dos movimentos sindicais e dos sindicatos como instituição ocorreu a partir da necessidade da criação de instituições que pudessem defender os interesses de ordem econômica e social dos trabalhadores perante os empregadores.

Nesta dissertação, para um panorama do movimento sindical no Brasil, optou-se por um recorte do sindicalismo, a partir dos anos de 1940, no governo Vargas. A história sindical brasileira é atípica, se comparada com as dos demais países. Isso se deve aos movimentos políticos instaurados no país, no decorrer da sua história.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que data de 1º de maio de 1943, estabeleceu uma série de diretrizes a serem seguidas pelos sindicatos brasileiros, dentre as quais se destacam: o direito do Estado de efetuar intervenções nos sindicatos, o dever dos sindicatos contribuírem com o Estado e a prestação de contas anual obrigatória ao Ministério do Trabalho (PINTO, 2004).

Mattos (2003, p. 34) acrescenta:

Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo ministério para angariar adesões ‘voluntárias’ ao seu modelo ao seu modelo de sindicato foi vincular a concessão de benefícios trabalhistas a representação por sindicato reconhecido.

No período político que se seguiu aos anos 1943 e 1964, conhecido como “democrático”, ocorreu a manutenção desse modelo corporativista<sup>4</sup>, que restringia a

---

<sup>4</sup> Modelo de organização sindical implantado a partir da edição do Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, em que o Estado passou a sujeitar os sindicatos, retirando sua autonomia, trazendo a regra do monossindicalismo (sindicato único).

Fonte: FARIAS, 2003.

autonomia sindical. Esse modelo trazia propostas referentes à coexistência pacífica entre empresários e trabalhadores deliberada pelo Estado.

Nem mesmo com a criação da Constituição de 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, houve mudanças significativas. Pinto (2004, p. 78) destaca que a referida Constituição limitava as condições legais de paralisação do trabalho, proibindo as greves nos setores de serviços considerados fundamentais. Nesse período, destaca-se também a criação de associações paralelas aos sindicatos, responsáveis por indagar, mesmo que de forma branda, a autonomia da CLT sobre o movimento sindical.

Durante a presidência de Juscelino Kubitschek existiu uma atuação de maior destaque por parte dos sindicatos, sem a existência de grande repressão por parte do governo. Para Mattos (2003, p. 45), a trajetória grevista ascendente e o crescimento do nível de mobilização alcançado nesse período podem ser explicados em grande parte, pelas organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Assim, o autor destaca a importância dessas organizações para a mobilização para além dos âmbitos sindicais:

Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como o CGT- Central Geral dos Trabalhadores) que representam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado.(...) Ir além de alguns aspectos dos limites da estrutura sindical oficial não significa opor-se integralmente a ela.O controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e as restrições dos direitos de Greve foram condenados. Já a unicidade sindical, o monopólio da representação, e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical) eram não só aceitos como em muitos casos defendidos.

Durante a década de 1960, o sindicalismo era considerado por muitos um movimento inexpressivo. Parte desse pensamento se deu devido à política militarista imposta no Brasil nesse período, que instaurou um regime ditatorial, que acabou, em parte, com os direitos e a liberdade dos cidadãos. Nesse período, o movimento de greve era visto como um “atentado à segurança nacional”. O governo militar com respaldo em medidas legais delegava apenas o papel de assistencialismo aos sindicatos.

Sader (1988, p. 179) ressalta que, a respeito do contexto de repressão e controle que imperava sobre as atividades sindicais, a Lei 4.725, de 1965, “institucionalizava o esvaziamento do caráter reivindicativo dos sindicatos, estimulados a partir daí a exercerem funções meramente assistenciais”. Desse modo, o governo definiu que os sindicatos deveriam apenas prestar serviços assistenciais aos trabalhadores sindicalizados em detrimento das garantias necessárias que os sindicatos deviam oferecer aos trabalhadores como a luta pela empregabilidade, pela dignidade dos trabalhadores e pela reivindicação dos direitos de forma articulada.

Dentre os serviços assistenciais, Boito Jr. (1991) aponta os seguintes: serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc. Nessa época, os sindicatos passaram a ser liderados por representantes nomeados pelo próprio governo militar. Boito Jr. (1991, p. 47) dá uma visão geral do que foi a atuação sindical durante o período da ditadura militar:

A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc. – convertendo-se, esses sindicatos, em espécies de agências da Previdência Social.

Conforme Pinto (2004, p. 79), com o golpe militar de 1964 foi imposto “um sindicalismo de intervenção, com clara tendência à acumulação de capital. Os governos que se seguiram passaram a promover uma política de arrocho salarial pela fixação de reajustes mínimos”. Essa tendência se expandiu durante toda a década de 1960.

Já na década de 1970, apesar da opressão por parte do governo militar, muitos trabalhadores resistiram no propósito de fortalecer o movimento sindical. Existia, também, o anseio por um novo modelo de sindicalismo. Nesse período, foi percebido que o sistema corporativista vigente permitia certa autonomia, que variava de acordo com o tipo de governo.

Pinto (2004, p. 80) fala que os governos militares optavam “pela colocação de lideranças coniventes ao regime”. Destaca ainda:

Esse tipo de tutela do Estado, aliada à repressão e à falta de atendimento às demandas por melhores condições de trabalho, acabou por gerar uma insatisfação entre os mais politizados, no contexto do movimento sindical. Fato que resultou no questionamento de toda a estrutura sindical vigente. Esse movimento ficou conhecido como o movimento do “Novo Sindicalismo”.

Ainda nesse contexto, Sader (1988, p. 180) fala da insurgência de uma “corrente sindical inovadora, nitidamente minoritária durante os anos 1970 que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’”.

O “novo sindicalismo” ficou marcado pelos movimentos de greves dos metalúrgicos, que tiveram início em maio de 1978, no ABC paulista. Essas greves foram vistas como um marco para o desenvolvimento do novo sindicalismo no Brasil. O novo movimento sindical buscava “a autonomia e a liberdade sindical”, sobretudo a defesa do direito de livre manifestação, a organização dos trabalhadores em prol dos seus direitos e a luta contra a exploração do trabalho.

Para Mattos (1998) e Pinto (2004, p. 81), o “novo sindicalismo” surgiu de um movimento de massas, organizado a partir dos trabalhadores; ou seja, a partir da reação da base sindical, sem a iniciativa da cúpula dos dirigentes sindicais. Pinto destaca que os protestos tomaram força a partir do questionamento do papel do Estado nos sindicatos, “da burocratização”<sup>5</sup> e do atrelamento político do Estado, da

---

<sup>5</sup> “A burocratização dos sindicatos é a forma como ficou conhecida a ação dos dirigentes sindicais e dirigentes de diversas organizações de trabalhadores de aplicar uma política que faz com que esses espaços deixem de cumprir o papel de defender os trabalhadores e se tornem organizações de cooperação com os patrões. Essa política começa a ser desenvolvida a partir do momento em que os sindicatos vão crescendo, adquirindo recursos materiais que dão aos dirigentes vantagens pessoais que os fazem se afastar dos trabalhadores. *‘Para dar visibilidade a sua organização, para que os sindicatos permanecessem atuantes mesmo quando não há luta, os trabalhadores construíram aparatos: sedes, funcionários, um sistema de arrecadação de fundos, cargos, liberações, etc. (...) Mas esse aparato, ao mesmo tempo em que é decisivo para a permanência da organização, gera pressões burocráticas que ameaçam os sindicatos enquanto organizações de luta.’* (Henrique Canary). Fonte: ASSIS, 2012.

prioridade dada ao assistencialismo, do carreirismo<sup>6</sup> dos dirigentes e da política conciliatória dos interesses de classes.

A burocratização sindical decorrente do crescimento dos sindicatos foi um dos motivos diretos do esvaziamento dos sindicatos até o final da década de 1960. O sindicato era visto como uma entidade muito distante pelos trabalhadores. No período anterior ao surgimento do “novo sindicalismo”, os trabalhadores não se sentiam representados pelos sindicatos.

Sader (1988, p. 278) destaca uma passagem escrita na época por um militante, que falava das atitudes encontradas entre os trabalhadores do ABC paulista:

“Existe uma separação entre a realidade da fábrica, o sindicato e sua diretoria. Os dirigentes sindicais se transformaram de operários em burocratas de escritórios (...) Quando existem problemas pendentes em determinadas empresas, os dirigentes sindicais preferem entrar em contato com a diretoria da empresa do que com as massas operárias da mesma (...) os operários que se interessam pelo sindicato, tem que ir ao ‘edifício’, à ‘sede sindical’. Esta mentalidade necessita ser combatida, mostrando que o sindicato não é o edifício, sindicato é a luta na fábrica.”

Conforme Sader (1988), nesse período também é destacada a falta de credibilidade dos sindicatos, para a maioria dos trabalhadores, que viam nos dirigentes “traidores da própria classe”, já que existia a prática do carreirismo vinculada a uma estrutura sindical de submissão ao Estado.

Em outra passagem, Sader (1988, p. 278) exemplifica com a fala de outro trabalhador:

“Este setor desconhece o que seja luta sindical e passa a confundir sindicato com autoridade, com funcionários do governo. O sindicato é visto como quem dá aumentos salariais, aquele que faz os acordos ‘lá em cima’.”

Boitto Jr (1991) descreve o “novo sindicalismo” como um movimento que emergiu com o renascimento do sindicalismo combativo e contestatório, uma alternativa a um

---

<sup>6</sup> A expressão "carreirismo político define, comumente, certa avidez com que umas tantas pessoas procuram sugar as oportunidades ou as circunstâncias propícias à busca de cargos, honrarias, evidência, popularidade fácil." Fonte: MADEIRA, Marcos Almir. O Globo, 2001. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2838&sid=425>

modelo de sindicato já desgastado, proposto pelos próprios trabalhadores. Este teve como principais características a ampliação do contato entre as lideranças sindicais e suas bases, a contestação do modelo assistencialista praticado até o final dos anos 1970 e a valorização das greves como importante instrumento de pressão, na busca pelos direitos dos trabalhadores.

Sader (1988, p. 183) aponta que os discursos transmitidos pelo “novo sindicalismo” se manifestavam de um lugar social: os próprios sindicatos. Para o autor, esses movimentos, na época:

[...] assumiam o papel institucionalmente definido – de agenciadores dos conflitos trabalhistas. Eram reconhecidos publicamente nessa função, sendo considerado legítimo que defendessem os interesses específicos dos trabalhadores. Esse lugar de onde falam condiciona suas modalidades discursivas. Se muito já se falou acerca das limitações daí decorrentes, o “novo sindicalismo” revelou, por outro lado, as potencialidades que essa situação produz para a geração de discursos capazes de interpelar as mentalidades formadas pelos discursos dominantes.

Ampliando essa interpretação, Adão (2008, p. 60) aponta que a ação iniciada pelo “novo sindicalismo” desempenhou um importante papel na “construção de uma cultura democrática, com outros valores, abordagens e perspectivas: graus elevados de participação, relações de cooperação e igualdade social, princípios horizontais de decisão e ação”, que receberam, inclusive, o apoio de vários setores da sociedade, antes indiferentes às causas sindicais.

No fim dos anos de 1970, o movimento sindical brasileiro consolida-se como importante instrumento na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também se insere como elemento chave nas definições do processo de transição democrática em curso no cenário político brasileiro.

A partir desse contexto, a democracia passa a ocupar papel de destaque na dinâmica política do Brasil. Alguns autores salientam que o “novo sindicalismo” contribuiu, em 1980, para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e da movimentação em prol das eleições

diretas para presidente, em 1984. Esse movimento civil ficou conhecido como “Diretas Já” (BOITO JR., 1991; ADÃO, 2008).

Com a democracia em evidência no País, devido às mudanças políticas ocorridas e com o apoio da sociedade, é importante ressaltar que os movimentos sindicais tiveram importância expressiva no movimento das “Diretas Já”. Dessa forma, cabe destacar que o “novo sindicalismo” contribuiu para o fim do movimento ditatorial no Brasil.

Os movimentos sociais estabelecidos entre 1978 e 1985 foram um dos elementos essenciais para a transição política, na medida em que expressavam a enorme distância que existia entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social, sendo responsáveis diretos por acelerar a crise política existente e apontar um sentido para a transformação social (SADER, 1988). Conforme Sader (1988, p. 313), esses movimentos “apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados”.

Desde o começo da década de 1980, o sindicalismo brasileiro ganhou destaque internacional, sendo conhecido como um dos mais combativos. Nesse período, os sindicatos eram reconhecidos por conquistar melhorias para as categorias dos trabalhadores. Houve um fortalecimento dos movimentos sindicais brasileiros (BOITO JR, 1991).

Com o movimento sindicalista bastante ativo no decorrer dos anos de 1980, a Constituição de 1988 garantia o direito de greve aos trabalhadores, desde que haja a aprovação do sindicato e dos trabalhadores, devendo haver votação quanto ao início e ao fim da greve. Comparando-se com o processo generalizado de enfraquecimento dos sindicatos em nível internacional, o movimento sindical brasileiro passava por um bom momento. Em relação a essa fase vivenciada pelo movimento, Leite (1997, p. 16) observa:

Na nova constituição, os sindicatos conquistaram a liberdade de greve pela primeira vez na história do país e conseguiram limitar significativamente o poder de intervenção estatal em suas atividades. Ainda que esse processo não tenha sido suficiente para desmontar totalmente a estrutura sindical corporativista erigida desde os anos 30, tendo em vista que suas bases fundamentais – como o imposto sindical, o monopólio da representação pelo sindicato, o princípio da unicidade sindical e a estrutura confederativa – foram mantidas, ele permitiu um significativo aumento da liberdade de organização e ação sindical.

Pochmann (2005, p. 173) destaca que o movimento de greve transformou-se em um dos principais instrumentos de “valorização e vocalização dos interesses coletivos dos trabalhadores, apontando o elevado grau de insatisfação, sobretudo com a realidade socioeconômica e com o caráter autoritário e antidemocrático”, que, a seu ver, ainda permanecia no interior das relações de trabalho. Essa conquista é considerada muito importante mesmo nos dias de hoje pelos trabalhadores na busca de seus direitos, sendo que o movimento de greve é um importante instrumento de combate.

Nos anos de 1990 o movimento sindicalista brasileiro tomou novos rumos, devido à reestruturação produtiva e à economia neoliberal. Na economia neoliberal, defende-se a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda assim em grau mínimo.

A reestruturação produtiva consistiu nas transformações que ocorreram nos processos produtivos em todo o mundo, em especial a partir da década de 1960, com a introdução do modelo *toyotista*<sup>7</sup> na organização do trabalho. Trata-se de um modelo japonês de produção de massa, criado e implantado nas fábricas de automóveis da Toyota, cuja estratégia apoiava-se na produtividade e na eficiência, com a produção sem tempo de espera, *Just in time*. Nesse contexto, podem ser destacadas alterações tanto na oferta quanto na demanda de trabalho.

Os sindicatos passaram a agir na defensiva a partir da instabilidade e das incertezas do mercado de trabalho. Nesse contexto, houve o crescimento do mercado informal,

---

<sup>7</sup> Este modelo baseia-se no modo de acumulação flexível. Rompeu com o padrão fordista de produção em massa, que se destacava pela estocagem máxima de matérias-primas e de produtos maquinofaturados.

em detrimento da criação de vagas de emprego. Para Pochmann (2005, p. 172), o sindicalismo brasileiro, a partir da década de 1990, perdeu força e passou a enfrentar diversas dificuldades, decorrentes das mudanças ocorridas na economia mundial. Para o autor, ficaram em evidência:

A atual estratificação social no interior da estrutura ocupacional esvaziou o papel dos sindicatos, contendo-os na defesa restrita dos interesses de parcela dos empregos assalariados formais. Assim, o corporativismo cresce, ao mesmo tempo que amplia-se a quantidade de ocupações sem organização de representação de interesses.  
(...) Onde foram mais predominantes, as políticas neoliberais tornaram mais explícita a situação de fragilidade sindical, com a perda de associados, a redução da cobertura dos contratos coletivos de trabalho, o esvaziamento das greves e a elevação do desemprego diante do baixo crescimento econômico.  
(...) A forte queda no movimento paredista ocorreu paralelamente à presença de governos comprometidos com políticas *anti-labor*, responsáveis pela condução da economia sem maiores compromissos com a produção e o emprego nacionais.

Nos anos de 1990, em razão das políticas neoliberais disseminadas mundialmente, o movimento sindical passou a viver uma situação difícil. Houve forte queda na adesão ao movimento. O governo brasileiro passou a não priorizar os compromissos com a produção e os empregos nacionais (POCHMANN, 2005). Nesse período, o movimento sindical sofreu pressões por parte do governo. É destacado o emprego do poder coercitivo do Estado contra os movimentos sindicais durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Venturini (2006) assinala que no setor público, em especial, atuando contra o sindicalismo é difundida uma propaganda do mesmo como uma “ideologia derrotada”, uma vez que a partir da década de 1990 os governantes passaram a disseminar a imagem negativa do servidor público, que, muitas vezes, foi caracterizado como “marajá” ou “parasita”.

Essa imagem enfraqueceu o movimento grevista no setor público, pois este setor, mais do que qualquer outro, necessita do apoio da opinião pública. Em contrapartida, nesse período acabou ocorrendo um desenvolvimento expressivo do sindicalismo no setor público, já que o risco de desemprego nesse campo é menor que nos demais (VENTURINI, 2006).

Santana (2011, p. 8) destaca que a partir do cenário de desemprego e de precarização do mercado estabelecido nos anos de 1990, a situação em nada era favorável aos movimentos sindicais. Essa dinâmica fez com que os sindicatos mudassem suas pautas de reivindicação. Assim, “se nos anos 80 a questão econômico-salarial assumia prioridade nas mesmas (reivindicações), nos anos 90 a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano”.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo brasileiro durante os anos de 1990, não se pode afirmar que ele não buscou outras alternativas além dos movimentos de greve, que foram dificultados. Para Santana (2011), o sindicalismo nacional buscou outros caminhos, ampliou pautas e inseriu-se em novos espaços, que lhe permitiram continuar existindo e se movimentando em um contexto tão difícil.

A partir dos anos 2000, o sindicalismo brasileiro passou a buscar alternativas para as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, bem como no mercado de trabalho. A partir do indicativo das movimentações e do cenário que se destacava no mercado de trabalho, percebeu-se como prioridades a reafirmação do combate ao desemprego e a criação de vagas de trabalho nas pautas de reivindicações. Nesse sentido, Santana (2011, p. 11) destaca que houve as seguintes ações:

- a) Tentativa de articulação com outros movimentos sociais (terra, moradia, cidadania, justiça e etc.).
- b) Busca de abertura efetiva para novos temas e demandas. (ambiente, gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação do trabalhador - político-sindical, geral e profissional -).
- c) Incorporação de práticas alternativas de intervenção, negociação e organização (Câmaras Setoriais/Regionais, políticas públicas e sociais, e articulação no âmbito do Mercosul).

Em suas reflexões, Boito Jr. e Marcelino (2010, p. 336) apontam que, ao contrário de muitos estudiosos e críticos que acreditam na crise do movimento sindical no decorrer dos anos, existe a necessidade de se analisar o contexto político, econômico e ideológico da atividade sindical:

Alguns intelectuais críticos, estudiosos do movimento operário, acabaram assimilando, nas entrelinhas e indiretamente, a ideia de um declínio irreversível do movimento sindical. Fizeram isso por falarem de modo genérico, impreciso e unilateral sobre a crise, e por apresentarem análises semelhantes àquelas que eram feitas pelos teóricos do declínio histórico do sindicalismo.

Boito Jr. e Marcelino (2010) apontam que a ofensiva, a retração e o refluxo do movimento sindical dependem diretamente de uma junção de fatores referentes às características desse movimento e principalmente, ao seu campo de atuação: econômico, político e ideológico. Assim, refletem que no cenário que se estabeleceu nos anos 2000 ocorreu a recuperação da atividade sindical no Brasil, a partir de novas perspectivas, levando-se em conta as novas conjunturas estabelecidas.

Na atualidade, o sindicalismo brasileiro vem passando por profundas mudanças, mas tem em voga a luta pela empregabilidade e por condições dignas de trabalho, devido aos problemas enfrentados por grande parte dos trabalhadores brasileiros. Cabe aos sindicatos encontrar uma maneira de adaptar-se à nova realidade, em que o capital está no centro da economia mundial e lutar pela qualidade de vida e pela dignidade dos trabalhadores, que devem reivindicar seus direitos de forma articulada e mobilizada, independente da sua forma de trabalho (emprego formal, informal, público). Uma tarefa que se desenha difícil, porém necessária.

### ***2.2.1 Os sindicatos no setor público***

A Constituição brasileira de 1988 foi a primeira a dispor de forma clara sobre a liberdade de sindicalização dos servidores públicos. As Constituições anteriores não vetavam, mas tampouco autorizam a constituição de entidades sindicais. As Constituições de 1934 (art. 120), 1937 (art. 138), 1946 (art. 159) e 1967 (art. 166) apenas autorizavam a associação sindical e profissional de forma genérica (RIBEIRO; FARIA, 2012).

O setor público tem estrutura sindical diferente da do setor privado. Os servidores federais e os estatutários têm uma dinâmica diferente da estrutura sindical celetista (CLT), que rege o setor privado. A estrutura sindical celetista tem uma estrutura de sindicalismo único, por categoria, sendo que o poder normativo da Justiça do Trabalho é responsável por intervir nos conflitos trabalhistas.

O sindicalismo no setor público conta com uma estrutura livre, criada fora do padrão normativo da CLT. Nas universidades públicas, por exemplo, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) é uma entidade nacional que se organiza por seções sindicais em cada universidade, e estas podem ser de nível estadual ou local.

Apesar dessas diferenças, o movimento de greve no setor público, por falta de legislação própria, passou, a partir de outubro de 2007, a ser regulamentado pela CLT. O Superior Tribunal Federal (STF), órgão máximo do Poder Judiciário e guardião da Constituição Federal, decidiu que o direito de greve no funcionalismo público deve seguir as regras do setor privado enquanto o Congresso Nacional não aprovar lei específica sobre o tema. Desta forma, a Lei 7.783/1989, que regulamenta a greve na iniciativa privada, deve ser aplicada também para os servidores em caso de movimento paredistas<sup>8</sup> (SINDIFES, 2015).

Para Nogueira (2004, p. 12), ainda sim os sindicatos dos setores públicos e semipúblicos possuem uma ação mais combativa, pois os sindicatos operários já se encontram há muito tempo afastados das orientações anticapitalistas e socialistas e da estratégia de confrontação. Devido às configurações econômicas atuais, vivem a crise com mais intensidade, pois a desindustrialização atinge mais diretamente suas bases.

O autor ainda evidencia que os trabalhadores do serviço público destacam-se como os principais agentes da manutenção das formas clássicas do movimento sindical. Referindo-se principalmente à ocorrência das greves, à mobilização em grandes setores e às negociações coletivas de grande amplitude em torno de questões concomitantemente econômicas, sociais e políticas.

Apesar das características favoráveis à mobilização para as greves no setor público, a terceirização já afeta diretamente as IFES, uma vez que estas instituições já

---

<sup>8</sup> Sobre o movimento grevista, o STF entendeu que a Constituição Federal de 1988 prevê o direito de greve do servidor público, porém que tal direito deve ser regulamento por lei. Como o Congresso não legislou sobre o assunto, o Supremo aplicou a lei mais próxima, ou seja, a do setor privado.  
Fonte: <http://sindifes.org.br/noticia/100435/>

possuem grande número de funcionários que trabalham sob o regime de contratos. Esses funcionários contratados continuam desempenhando suas atividades normalmente durante os períodos de greve, a exemplo daqueles vinculados aos serviços de limpeza, portaria e vigilância. Mais recentemente, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), grande parte das atividades do Hospital das Clínicas (HC) da UFMG continua sendo desempenhada por eles, mesmo no período das greves estabelecidas pelo sindicato. Dessa forma, pode-se constatar que as relações de trabalho no serviço público também acompanham as mudanças ocasionadas pela terceirização, mediante a inserção da iniciativa privada no âmbito das IFES.

A terceirização dos trabalhadores nas IFES é apontada pelo movimento sindical como um fator preocupante, já que é responsável por enfraquecer o sindicato, uma vez que os trabalhadores contratados são tidos como “invisíveis”, pois não podem ser associados ao sindicato da categoria. Além da invisibilidade dos trabalhadores terceirizados, existem também os inúmeros problemas trabalhistas enfrentados por eles, sem contar com o apoio de qualquer entidade. Nesse sentido, é destacado pelo movimento que é de suma importância que “essa luta seja de todos os trabalhadores”, na busca e democratização dos direitos da categoria (SINDIFES, 2015).

Algumas características inerentes ao serviço público ou ao privado evidenciam as diferentes dinâmicas estabelecidas nesses setores. Os servidores públicos detêm uma situação, de certa forma, favorável, devido à estabilidade no emprego e à formalidade na relação do trabalho, uma relação estatutária protegida, o que é oportuno a um sindicato mais combativo na atualidade.

De outro lado, na iniciativa privada, além da terceirização, prosperam a informalidade e as demissões. Esses fatores são responsáveis por criar maior dificuldade para a efetiva atuação sindical, que, apesar de outros trabalhos desempenhados, por exemplo: auxílio à saúde dos trabalhadores, assessoria jurídica, prestação de serviços informacionais e assistência social, tem o movimento de greve como um importante instrumento de visibilidade perante a sociedade.

### **3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS À LUZ DA ABORDAGEM SOCIAL DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS (EU)**

A fundamentação teórica apresentada a seguir discute o aporte teórico que dá sustentação a esta pesquisa. O tópico **3.1** trata de uma síntese dos Estudos de Usuários (EU), com ênfase na abordagem social, julgada como a mais indicada para a pesquisa. O tópico **3.2** trata das práticas informacionais nos sindicatos, relacionadas às temáticas: “Informação”, “Tecnologia”, “Comunicação Sindical” e “Cidadania”.

#### **3.1 Estudo de Usuários: necessidades, busca e uso da informação**

Nos processos de necessidade, busca e uso da informação, é de suma importância entender o papel do usuário e o modo como essa informação é compreendida. Por isso é importante mencionar nesta discussão a área da Ciência da informação (CI), denominada “Estudos de Usuários” (EU), levando-se em consideração as abordagens de estudos do processo de busca e uso da informação desenvolvidos a partir dessa perspectiva.

Os EU abordam como e para quais finalidades os indivíduos/ usuários usam determinada informação e quais fatores afetam esse uso. Para alguns autores, esses estudos podem ser classificados e abordados de duas maneiras: orientados ao uso (sistemas de informação); e orientados aos usuários.

Como bem esclarece Figueiredo (1994), os EU são entendidos como investigações realizadas para conhecer as necessidades de informação de usuários ou para avaliar o atendimento das necessidades de informação pelas bibliotecas e centros de informação.

No campo da Ciência da Informação (CI), as primeiras abordagens propostas definiam a informação como algo externo aos indivíduos, ou seja, não levando em conta seu aspecto cognitivo. Era excluído o fato de o indivíduo ser capaz de criar sua própria interpretação, atribuindo sentido à informação a partir de suas

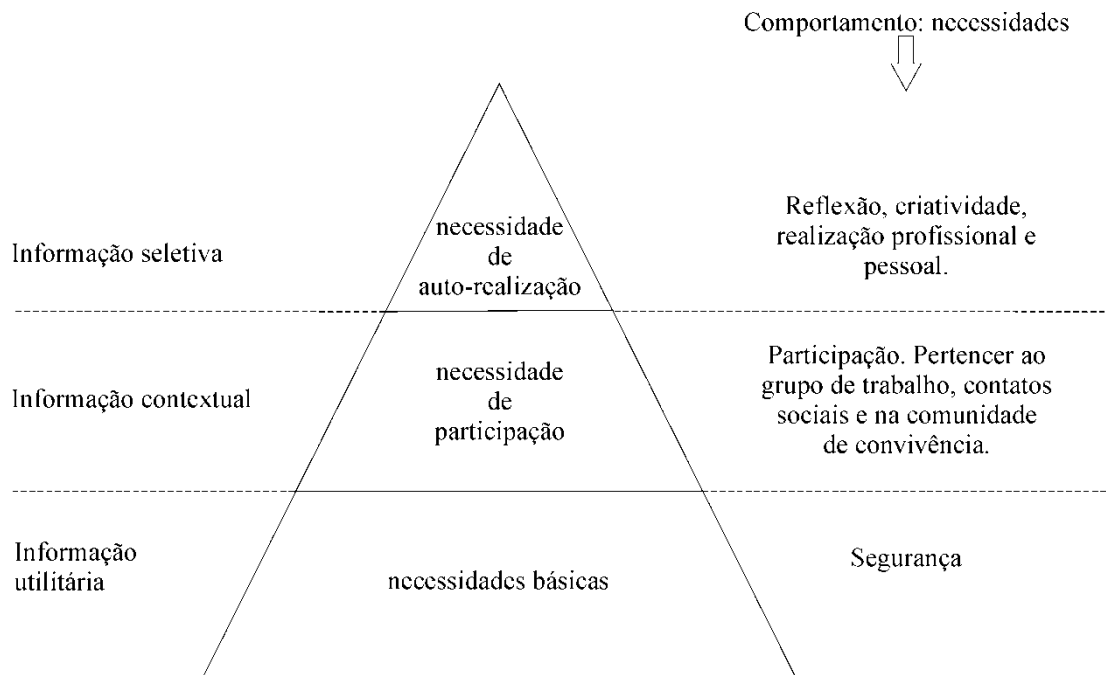
experiências. Posteriormente, os estudos passaram a considerar que os indivíduos possuem seus próprios estoques internos de informações, resultante de suas experiências vividas e que estes contribuíam para a interpretação dessa informação de maneira subjetiva. Estes estudos levavam também em conta as diferentes situações em que os indivíduos se encontravam no processo de busca de informação.

A partir do pressuposto de que a informação é um instrumento que ajuda a questionar, com argumentos concretos, o que é colocado por alguém ou por uma organização, torna-se necessário na atual realidade em sociedade, analisar, interpretar e tratar esta informação para que ela possa vir a ser acumulativo de capital intelectual, ou, ainda, uma ferramenta de transformação social.

Reis (2007, p. 25) entende os fenômenos informacionais como produtos sociais resultantes da interação entre os diferentes atores da sociedade, levando em consideração suas dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais.

Barreto (1994) classifica a informação a partir da pirâmide de Maslow. A qual descreve as necessidades humanas, sendo que o indivíduo movimenta-se de forma vertical durante o processo, passando ao um estágio seguinte quando todas as necessidades do estágio anterior forem atendidas/satisfeitas (FIG. 2).

Figura 1 - Pirâmide de Maslow



Fonte: Figura apresentada na disciplina “Tópicos especiais em ciência da informação: usuários da informação e práticas informacionais”. (SIRIHAL DUARTE, 2013)

Le Coadic (1996, p. 39) destaca que o uso da informação permite a satisfação de uma necessidade informacional:

Utilizar um produto de informação é empregar tal objeto para obter, igualmente, um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação, quer esse objeto subsista (fala-se, então, de utilização), modifique-se (uso) ou desapareça (consumo). O objetivo final de um produto de informação, de um sistema de informação, deve ser pensado em termos dos usos dados à informação e dos efeitos resultantes desses usos nas atividades dos usuários. A função mais importante do sistema é, portanto, a forma como a informação modifica a realização dessas atividades.

A partir dessa observação, o autor define que as necessidades e os usos de informação estão interligados e sofrem influências recíprocas de forma complexa, o qual determinará as práticas informacionais e o comportamento dos indivíduos nesse processo. É destacado, ainda, que os sistemas de informação devem ser pensados em função do usuário, ou seja, em termos de uso da informação.

Martínez-Silveira e Oddone (2007) delimitam as diferenças entre necessidade e comportamento informacional. A necessidade informacional pode ser entendida como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em determinada circunstância ou condição objetiva, sendo observável quando determinada informação contribui para atender ao motivo que a gerou. O comportamento informacional está relacionado à busca, ao uso e ao manejo de informações e fontes informacionais para satisfazer aquelas necessidades. Dessa forma, a busca informacional consiste na principal manifestação do comportamento perante a necessidade.

Wilson (1981) afirma que “por qualquer razão a necessidade de informação deve ter um motivo que ocasiona o comportamento”. O autor define a necessidade informacional como uma experiência subjetiva, que ocorre apenas na mente de indivíduo, não sendo acessível ao observador. Assim, a necessidade só pode ser descoberta por dedução, com base no comportamento ou por um ato de enunciação da pessoa que o detém.

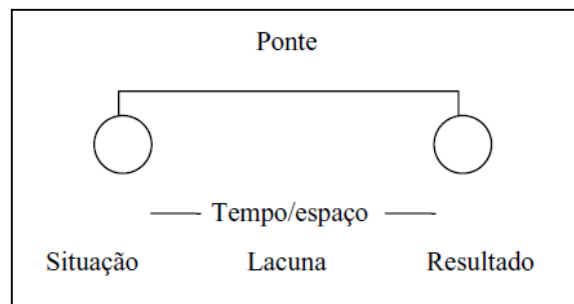
Dervin (1992) assinala o aspecto cognitivo e não observável das necessidades informacionais nos indivíduos. A partir de seus estudos, define a existência de “lacunas”, que representariam a descontinuidade de conhecimento, configurada na necessidade informacional.

Em seu modelo de busca da informação, Choo (2003) identifica e relaciona os principais elementos que influenciam o comportamento do indivíduo em relação à informação nos três estágios: necessidade, busca e uso. Este modelo apresenta como base conceitual a abordagem cognitiva de criação do significado, ou *sense-making*<sup>9</sup>, modelo proposto por Dervin que define o triângulo situação-vazio-uso a partir da lacuna (vazio) do conhecimento que precisa ser preenchida, para analisar o processo de busca e o uso da informação percorrido pelos indivíduos (FIG.3).

---

<sup>9</sup> O modelo *sense-making* foi desenvolvido por Brenda Dervin, em 1972, com o intuito de mapear a necessidade de informação na perspectiva do usuário. Pode ser compreendido como um comportamento tanto interno (cognitivo) como externo (atitudes, reações em face do meio).

Figura 2 –  
Modelo do *sense-making* de Dervin



Fonte: Martínez-Silveira e Oddone, 2007, p. 123.

Choo (2003) aborda as reações emocionais que acompanham os estágios do processo de busca de informação identificados por Carol Kuhlthau - *iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação* - e os níveis de necessidade de informações manifestados pelos usuários. Choo (2003, p.90) define que:

Os estudos sobre o uso da informação reconhecem que as necessidades de informação são ao mesmo tempo emocionais e cognitivas, de modo que as reações emocionais quase sempre orientam a busca da informação, canalizando a atenção, revelando dúvidas e incertezas, indicando gostos e aversões, motivando o esforço [...] Durante a iniciação, o usuário reconhece a necessidade de mais informações. Sentimentos de insegurança e apreensão são comuns. Os pensamentos se concentram no problema e o relacionam com experiências passadas. As ações envolvem discutir possíveis tópicos e abordagens com outras pessoas.

Choo destaca que “a informação é fabricada por indivíduos a partir de sua experiência passada” (2003, p. 83) e que o significado da informação para eles modifica-se continuamente. Assim, o processo de busca e uso da informação é dinâmico, a partir dos níveis cognitivo (personalidade e preferências do indivíduo), afetivo (seletividade do uso de informações no nível emocional) e situacional (pertencimento a grupo social, profissional, entre outros) que cercam o indivíduo.

O autor destaca, ainda, que o “valor da informação” depende do relacionamento que o próprio indivíduo/usuário constrói entre si mesmo e determinada informação. Assim, a informação só é útil quando o usuário “infunde-lhe significado, e a mesma

informação objetiva pode receber diferentes significados subjetivos de diferentes indivíduos” (CHOO, 2003, p. 70).

### **3.1.1 Abordagens dos Estudos de Usuários**

Nos EU existem considerações acerca da aplicabilidade de distintas abordagens, considerando seus objetivos. Esses estudos foram evoluindo com o passar dos anos. O atual quadro de referência aponta para três tipos de abordagens que fundamentam os EU: Tradicional, alternativa/cognitiva e social.

Esta pesquisa procurou alinhar o estudo das práticas informacionais nas entidades representativas - neste caso, o sindicato – com base no caráter social da informação e na abordagem social do Estudo de Usuários (EU), uma vez que este tipo de abordagem evidencia o contexto no qual o usuário está inserido no processo de busca de informação, como se verá a seguir.

Figueiredo (1994) discute as duas primeiras abordagens. A tradicional que trata dos estudos direcionados aos sistemas de informação e a alternativa dos estudos direcionados ao usuário. Para a autora, existem várias maneiras de caracterizar os EU, sendo mais relevantes os “estudos orientados ao uso” e os “estudos orientados ao usuário”.

Nessa perspectiva, os “estudos orientados ao uso” têm por único objetivo melhorar o desempenho de um sistema (uma biblioteca ou centro de informação individual). Procura justificar a criação e a permanência de um sistema. Já os “estudos orientados ao usuário” realizam investigações sobre um grupo particular de usuários e como este grupo obtém a informação necessária a seu trabalho.

Para Choo (2003, p. 70), os EU não se classificam somente pela sua orientação para o sistema ou para o usuário, mas também pela finalidade da pesquisa. Ele diferencia a pesquisa (estudo de usuários) em: orientada para “tarefas” e a pesquisa “integrativa”.

A pesquisa orientada para tarefas tem por objetivo identificar as fontes de informação interna e externa, selecionadas e usadas intensivamente por grupos específicos de pessoas e examinar o modo formal e informal, como a informação é partilhada e comunicada em profissões ou organizações. Esta pesquisa está voltada apenas para determinadas atividades de informação. Já a pesquisa integrativa abrange todo o processo de busca e utilização da informação. Seus objetivos são mais amplos e incluem: entender a situação ou o contexto que levaram ao reconhecimento da necessidade de informação; examinar as atividades de busca e armazenamento da informação; e analisar como a informação é utilizada para resolver determinados problemas, tomar decisões e criar significado (SIRIHAL DUARTE, 2013).

Gandra e Sirihal Duarte (2013) abordam as diferenças entre estudos de usuários centrados no sistema e estudos centrados no usuário. Os primeiros veem no usuário um receptor passivo e desconsideram o comportamento na busca pela informação, generalizando as necessidades dos grupos de usuários que utilizam esses sistemas. Os últimos procuram perceber no indivíduo um papel ativo, seu comportamento no processo de busca, pois o valor da informação depende da percepção dele, procurando adequar os sistemas as necessidades dos usuários.

Conforme Gandra e Sirihal Duarte (2013), os EU, até a década de 1980 eram predominantemente de abordagem tradicional, pois procuravam avaliar o sistema, de maneira geral, sem considerar as necessidades dos indivíduos e seu comportamento na busca pela informação. Tratava-se de estudos quantitativos, que tinham o intuito de medir o comportamento dos usuários, procurando adequar os mesmos aos sistemas.

A partir da década de 1980, os EU passaram a considerar o papel ativo do indivíduo no processo de busca de informação e diferenciar seus aspectos: cognitivo, emocional e situacional, reconhecendo que tais aspectos influenciam a forma como a informação é interpretada. Surge, então, a abordagem cognitiva ou alternativa, caracterizada por investigações de cunho qualitativo, que visa compreender a necessidade dos sujeitos a partir de suas perspectivas individuais. A informação é construída de forma subjetiva na mente do usuário. Nesse caso, o usuário é ativo,

orientado situacionalmente. Vários autores propõem o uso da terminologia “Estudos de comportamento informacional” (CHOO, 2003; BAPTISTA; CUNHA, 2007; GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2013).

A partir da década de 1990 os EU passaram a apontar para uma nova tendência, decorrente da necessidade de compreender as ações dos sujeitos a partir de seu contexto histórico, político, econômico e sociocultural. Esses estudos culminaram na abordagem social, passando a dar maior importância ao contexto no qual o usuário está inserido, numa tentativa de superar as limitações dos modelos anteriores (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2013, p. 7).

Pinto (2012, p. 34) destaca que os EU devem superar o foco na informação atomizada e na necessidade de se determinar comportamentos informacionais ideais, abarcando também concepções teórico-metodológicas que partem da historicidade e das contradições sociais. Nesse sentido, a autora evidencia que a informação deve ser entendida como constructo social, cuja apropriação não seja somente subjetiva, mas também definida pelas relações sociais na qual está inserida.

Levando-se em conta as três abordagens dos EU, Araújo (2010, p. 24) chama a atenção em seus estudos para a importância da contribuição teórica oferecida por Capurro (2003) para a análise do processo de busca e uso da informação ao distinguir três modalidades de estudos da informação da perspectiva disciplinar da Ciência da Informação: “um modelo físico (semelhante ao paradigma “tradicional” de estudos de usuários), um modelo cognitivo (semelhante à abordagem “alternativa” de estudos de usuários) e um modelo social” que poderá ser relacionado à abordagem social dos EU, ainda incipiente no campo da CI.

O paradigma físico reconhece a informação como um objeto físico que um emissor é responsável por transmitir a um receptor, não levando em conta a existência de ruídos durante esse processo. Este modelo exclui o sujeito cognoscente, que ganha importância apenas no paradigma cognitivo, o qual considera o processo de busca de informação a partir de uma necessidade ou situação problemática. Além do sujeito cognoscente, o paradigma social leva em conta o valor que a informação terá

em determinados contextos, ou seja, a sua relevância em um contexto sócio cultural, dependendo da historicidade dos sujeitos que acessam essa informação (CAPURRO, 2003).

Na abordagem social, os usuários não são tidos como sujeitos em interação isolada com a informação, mas como uma relação que se estabelece em um contexto mais amplo de interações, com suas dimensões políticas, econômicas e culturais (ARAÚJO, 2010). Ao interagir com a informação, os usuários têm uma perspectiva dinâmica, ativa e interativa (os sujeitos não são “vazios” de conhecimento/informação nem a informação é um “pacote fechado”).

Particularmente, no que concerne ao “modelo social”, Araújo (2010) acrescenta ainda referências consideráveis no campo da Ciência da Informação, com destaque para: Hjørland (2002) - análise de domínio e comunidades de discurso; Frohmann, (2008) - regimes de informação social; e Rendón Rojas, (2005) - abordagem realista e dialética da informação. Apesar de assinalar as temáticas referentes a esses autores, elas não serão abordadas nesta pesquisa.

Corroborando Araújo (2010) em seu estudo, Gandra (2012) descreve as semelhanças das abordagens dos EU com os paradigmas citados por Capurro (2003):

- Abordagem tradicional - aborda os estudos predominantemente quantitativos, correspondendo o paradigma físico proposto por Capurro. A informação é um ente objetivo que transmite a mesma informação a todos os tipos de usuários.

- Abordagem cognitiva ou alternativa - considera os aspectos cognitivos e emocionais dos usuários, correspondendo o paradigma cognitivo proposto por Capurro. A informação é uma entidade subjetiva, que os usuários interpretam e à qual dão significado de acordo com sua vivência e visão de mundo.

- Abordagem social - contempla o contexto sociocultural dos usuários. Aproxima-se do paradigma social proposto por Capurro. Porém, Gandra e Sirihal Duarte (2013)

destacam que as publicações sobre este tipo de abordagem ainda são escassas para que se possa apresentar um panorama definitivo.

A partir das pesquisas realizadas sobre os EU, observa-se a afirmação teórica de um novo tipo de abordagem da questão da informação no campo da CI, cujo foco se desloca para a dimensão social da informação. Ou seja, a ênfase na configuração de um modelo híbrido, que não apenas quantifique a informação e o seu uso, mas que também seja capaz de relacionar questões tanto da abordagem cognitiva quanto do campo social.

Com base na compreensão de que uma abordagem não substitui a outra, seja ela tradicional, cognitiva/alternativa e social, os diferentes tipos de abordagem são entendidos do ponto de vista dos EU como dimensões completares ao estudo do processo de busca e uso da informação, por propiciarem uma compreensão mais ampla e, com efeito, mais abrangente a todos os tipos de pesquisas (ARAÚJO, 2010; GANDRA, 2012; GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2013; SILVA, 2008).

Esta pesquisa utilizou a abordagem social dos EU da CI, para o entendimento das práticas informacionais dos indivíduos que fazem uso da informação no âmbito dos sindicatos.

### **3.2 Práticas informacionais nos sindicatos**

Muitos fatores relacionados aos contextos social e cognitivo dos indivíduos interferem de forma direta na busca e no uso da informação, assim como na própria percepção do indivíduo em relação a ela. É necessário evidenciar que o uso de informações acontece também fora dos ambientes institucionalizados e está diretamente ligado às interações cotidianas dos usuários.

Os usuários percorrem seu espaço de atuação, seus contextos de ação, em busca de sentido para as informações dispersas ao seu redor. Silva (2008, p. 46) ressalta que “a informação é construída, significada, reconstruída, falseada para servir ao propósito que o indivíduo lhe confere no momento e contexto da ação”.

Levando-se em conta a aproximação com a abordagem social dos EU, como mencionado anteriormente, considera-se nesta pesquisa que usuário da informação é aquele indivíduo que faz uso de informação em todos os contextos no qual age, sejam eles espaços coletivos ou individuais, profissionais ou pessoais, entre outros. Neste caso o indivíduo não é separado de seu mundo social. Nesse sentido, Silva (2008, p. 49) afirma:

Todos os indivíduos são usuários de informação; os conceitos de usuário e não-usuário podem ser utilizados apenas se tivermos em mente os sistemas, unidades e fontes específicas de informação. Também consideramos que as necessidades de informação são aquelas reconhecidas pelos indivíduos, que são autônomos para perceber o que lhes é necessário em termos de informação. Nos contextos de uso podem existir necessidades que não são reconhecidas pelos indivíduos, pois não afetam seu cotidiano, não têm impacto em suas ações.

Reis, Silva e Massensini (2011, p. 18) apontam que a informação é importante no processo de produção do conhecimento, mas por si só não realiza o trabalho que deve ser exercido pelo sujeito, que é o responsável por “apreendê-la, analisá-la e através da sua reflexão transformá-la em conhecimento para o exercício de sua ação”.

Os autores destacam a informação como um importante instrumento de intervenção política usado pelos sujeitos, ou, ainda, na luta por seus direitos. No sentido aqui apontado, às práticas informacionais dos sujeitos vem da *práxis*<sup>10</sup>. Ou seja, é uma atividade conscientemente orientada, o que implica as dimensões não apenas objetivas, mas também as subjetivas da atividade. Em outras palavras, a *práxis* não é apenas uma atividade social transformadora, no sentido da transformação da natureza ou da criação de objetos, de instrumentos e tecnologias; é atividade transformadora também com relação ao próprio homem, que, na mesma medida em

---

<sup>10</sup> No sentido que é atribuído pelo Marxismo, *práxis* diz respeito a “atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico a si mesmo” (Dicionário Marxista). Já o conceito de prática se refere a uma dimensão da *práxis*: a atividade de caráter utilitário-pragmático, vinculada às necessidades imediatas. Fonte: Disponível em: <ufmg/file.php/1/gestores/vivencial/pdf/praxis.pdf>.

que atua sob a natureza, transformando-a, produz e transforma a si mesmo (VAZQUEZ, 1977, p. 185).

Seguindo a mesma reflexão, Araújo (2001, p. 32) define as práticas informacionais como “ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais”.

Pesquisas mais recentes apontam uma perspectiva mais ampla sobre o estudo das práticas informacionais, considerando os significados atribuídos pelos indivíduos durante as ações de busca, uso e disseminação de informações (PINTO; ARAÚJO, 2012, p. 223). Nesse sentido, o conceito de práticas informacionais é tomado da etnometodologia<sup>11</sup>, estando esse processo diretamente ligado à ação informacional do sujeito, ou seja, a significação que ele atribui à determinada informação conforme sua experiência de vida.

Araújo (2013, p.16) assinala que:

O conceito de “prática”, tomado da Etnometodologia, se deu com o objetivo de ver em que medida os “fatos sociais” são constantemente produzidos pelos indivíduos. Não existe, nesta perspectiva, um mundo de regras, normas e estruturas exterior e independente das interações. Tem-se aqui a ideia de processo: o ato dos sujeitos de continuamente atualizarem as regras e modelos por meio de suas ações.

Guessser (2003) e Ribeiro (2006) destacam que a etnometodologia entende que é mediante as ações e práticas localizadas que os indivíduos encarregam-se de criar e sustentar a ordem social. Estuda as práticas do senso comum, por meio das quais os membros da sociedade coordenam, estruturam e realizam suas atividades diárias. Assim, este tipo de estudo está interessado na ação social dos indivíduos,

---

<sup>11</sup> Para Braga (2007) a etnometodologia é uma postura teórico-qualitativa que está dentro da tradição fenomenológica e é muito utilizada nas pesquisas sociais. Construto que enfatiza o raciocínio prático do sujeito. A Etnometodologia é uma nova proposta da sociologia, que teve início com os estudos de Harold Garfinkel nos anos 60, nos Estados Unidos. Tratava-se de uma corrente alternativa que rompeu com o modo de pensar da sociologia tradicional. Só foi disseminada no meio acadêmico a partir dos anos 90, com trabalhos desenvolvidos inicialmente apenas no campo da educação.

na intersubjetividade e na comunicação linguística dos mesmos. Entendendo que o modo como às pessoas processam suas interações cotidianas, constroem, alteram e definem a realidade na qual vivem.

Para o entendimento das práticas informacionais nos sindicatos e em diferentes âmbitos, faz-se necessário entender o usuário a partir da perspectiva de onde ele se encontra inserido, levando em conta sua historicidade e suas relações sociais, culturais e econômicas, já que esse fato influencia diretamente sua capacidade de interpretar determinadas informações. Nesse sentido, Pinto (2012, p. 42) conclui:

O “usuário” também é trabalhador ou empresário, homem ou mulher, faz parte de uma etnia, possui sua visão de mundo, seus gostos e interesses construídos por meio das relações sociais, frutos da constituição do seu *habitus*...

A condição social e as relações sociais conformarão as práticas informacionais desse “usuário” que se relacionam com as condições de circulação da informação na sociedade. A exclusão social, o analfabetismo, a exclusão digital e os baixos investimentos em bibliotecas públicas ou políticas públicas de leitura e educação, a alienação do trabalhador no capitalismo, entre outros fatores, podem influenciar nas práticas informacionais dos trabalhadores.

Para o propósito desta pesquisa, utilizaram-se os dois conceitos de práticas informacionais, por acreditar que eles se completam. A partir dessas perspectivas, aborda-se a interação dos indivíduos em seu meio social para a realização de suas práticas informacionais.

Os movimentos sindicais abrigam em seu bojo diversas formas discursivas, que trazem consigo a proposta de transformações sociais. Nessa perspectiva, além do estudo das práticas informacionais no contexto dos sindicatos, considera-se também como proposta para essa análise a relação entre acesso à informação e politização.

A partir dos objetivos propostos inicialmente, tem-se um breve aporte sobre as principais temáticas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos que procuram os serviços prestados pelo sindicato e que guiaram o trabalho de campo: Informação sindical, tecnologia, conhecimento e cidadania.

### **3.2.1 Informação, tecnologia e comunicação sindical**

Ao longo dos anos, ocorreram transformações que alteraram significativamente as relações entre sindicato e Estado, bem como entre os sindicatos e sua base. Com a evolução da sociedade e da Tecnologia da Informação (TI), foi necessário que os sindicatos também evoluíssem, para se adaptarem às mudanças na forma de comunicar-se.

Na sociedade da informação, a interação mediada pelas tecnologias de comunicação é um novo meio de construir relações, de identificar grupos de forma simbólica, de constituir movimentos e de transformar a condição da aquisição de conhecimento em participação social (LÉVY, 1999).

Ressalta-se a importância das redes sociais neste contexto, que podem ser compreendidas como um conjunto de atores conectados por nós de relações de amizades, trabalho ou troca de informação (MARTELETO, 2010). Elas ampliaram imensamente as possibilidades de transferência de informação, embora elas não sejam uma exclusividade da internet e há muito integram os esforços de interação e participação sociais (MOURA, 2011).

As redes sociais são vistas como um meio promissor de divulgação de conteúdo e propagação de ideias, além de proporcionar aumento significativo das interações e da conectividade de grupos sociais. “Seu diferencial em potencial está em sua capacidade de construir e facilitar o acesso rápido à informação” (RECUERO, 2009 *apud* CORDEIRO; FLAUZINO; NASCIMENTO, 2011).

A reorganização e a reestruturação do movimento sindical fizeram com que o órgão reassumisse o papel de mobilizador em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, a informação cumpre o papel crucial de conscientizar sobre a importância de dar continuidade à luta da classe, como forma de preservar suas conquistas (PINTO, 2004).

A questão da partilha social da informação e do conhecimento define como os atores sociais são incluídos nos processos de gestão da informação ou ficam à margem

dele a partir desses movimentos organizados, conforme descrito a seguir (PINTO, 2004, p. 10):

Os atores podem criar formas de partilha e construção de conhecimentos e informações como alternativas às formas excludentes de disseminação massificada de informação que predominam na atual sociedade.

Na sociedade contemporânea, a informação adquiriu grande importância social, pois é percebida como fator fundamental para a reprodução do capital e o consequente desenvolvimento. A partir do desenvolvimento tecnológico e do aumento do fluxo informacional, muitas transformações e desafios foram ocasionados, uma vez que os processos excludentes redefinem novas hierarquias na sociedade da informação, bem como as relações de poder.

Também nesse sentido, Moura (1996, p.68) assinala:

O homem é, em essência, um ser que norteia suas ações a partir de informações. O trabalho humano caracteriza-se, basicamente pela utilização do conhecimento e da informação, na objetivação da ação, nas mais diversas formas de organização da produção social. A história do trabalho humano também é a história da utilização, cada vez mais eficaz, das informações disponíveis.

A autora destaca, ainda, a importância da utilização das tecnologias da informação no trabalho do setor de comunicação dos sindicatos. Em uma passagem aborda as primeiras mudanças na forma de comunicação entre o sindicato do setor de telecomunicação e sua base, por meio da inauguração da página eletrônica do sindicato da categoria na internet. Moura (1996, p. 123) aponta que na época essa inovação trazia consigo “alguns indícios sobre o processo de objetivação e apropriação dos objetos de trabalho em prol da organização da categoria”. A partir desse contexto, com a evolução tecnológica, a comunicação sindical evoluiu para além dos famosos “boletins sindicais”.

Muitas barreiras foram superadas, porém alguns autores (ANTUNES, 1995; TAVARES, 2004) ressaltam a exclusão digital e tecnológica como um importante fator a ser superado. Fator esse, que a nosso ver, não deve ser tomado como único motivador das diferenciações ou exclusões de classe, já que não necessariamente

quem tem informação e/ou acesso à tecnologia atua melhor na sociedade, pois esse processo é mais complexo, envolvendo apropriação, criação de significado e conscientização.

Conforme Pinto (2004, p. 36), o processo de apropriação da informação modifica as estruturas do cotidiano, à medida que o sujeito toma consciência de algo e decide agir ativamente para modificá-lo.

Com base no quadro atual, o mais importante não é apenas o acesso às tecnologias e à informação, mas o primordial é a capacidade dos indivíduos em adquirir diferenciadas qualificações e conhecimentos.

### ***3.2.2 Informação para a cidadania***

A constituição Brasileira de 1988 dedica cinco capítulos a redação dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros. Dentre os direitos dos cidadãos, alguns são importantes, como o direito de poder participar da vida coletiva, atuando em diversas associações, seja em nível municipal, estadual ou nacional, por exemplo, partidos políticos e sindicatos.

Para Mangue (2011) os sindicatos, em específico, são organizações de defesa do cidadão dedicados a defendê-lo e/ou orientá-lo na busca de seus direitos e no cumprimento de seus deveres, em uma ou mais dimensões da cidadania. Ou seja, o sindicato é um movimento social ou entidade representativa na qual os trabalhadores lutam por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho.

O acesso à informação, propiciado pelos movimentos sociais, como ONGs e sindicatos, visam contribuir para que os cidadãos exerçam sua cidadania, e conseqüentemente, vivam numa sociedade mais justa. Sobre a importância da vivência da cidadania como estratégia para uma sociedade mais justa, Covre (1991) define:

A identidade do indivíduo vem à tona e é o pensamento e ação para lidar com o mundo, para organizá-lo melhor de acordo com suas expectativas de cidadania, a cidadania depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, e também das condições globais da sociedade, é preciso criar espaços para reivindicar os direitos, além disso, estender o conhecimento a todos para que saibam as possibilidades de reivindicar, não há mudanças sem a ofensiva do trabalhador cidadão, é preciso tomar consciência e lutar contrapontos fundamentais para a exploração da divisão social do trabalho, falta realizar sua própria revolução individual-cultural e desenvolver uma nova ética social. O que se reivindica é diretamente relacionado ao modo usado para reivindicar, a luta pela cidadania deveria transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também ao desejo.

Ressalta-se, contudo, que o acesso à cidadania não significa apenas o acesso aos direitos, mas também a necessidade do cumprimento de deveres. Muitos direitos são munidos da necessidade dos deveres, como: o direito e o dever de voto, garantidos pela Constituição brasileira, acompanhados da necessidade de participação na vida política e do conhecimento do cenário político brasileiro; o direito de desfrutar, mas, ao mesmo tempo, de cumprir a constituição e as leis brasileiras; e o direito e o dever ao acesso do trabalho digno.

Abordando a cidadania como direito dos trabalhadores no Brasil, Santos (1987) assinala a dependência entre sindicato e Estado, que o autor define como “cidadania regulada”. Ou seja, o Estado emparelha os direitos de cidadania à ocupação profissional. Para Santos (1981, p. 181), o conceito de cidadania regulada é imposto de maneira implícita pelo Estado a partir dos anos de 1930, cujo intuito previa:

Fazer derivar a agenda de direitos a serem reclamados do mercado, via justiça procedural, de posição ocupacional estratificada que os indivíduos preenchem nesse mercado. E, é claro na definição do leque de ocupações que compunham a cidadania e dos princípios de estratificação permanecia firmemente em poder do Estado.

Dessa forma, a estratificação da cidadania seria responsável por legitimar a desigualdade social. Ou seja, o Estado deixa de se responsabilizar pelos direitos dos indivíduos de forma segmentada, passando a responsabilizar-se pelos direitos da categoria profissional. Corroborando esta perspectiva, Pinto (2004, p. 75) afirma que “tendo embutido a cidadania na profissão, o Estado restringiu os direitos do cidadão

aos direitos do posto de trabalho. Isso acabou por reforçar o poder do mercado sobre os trabalhadores”.

Para Wersig (1993), a informação é conhecimento para ação, responsável por possibilitar mudanças nas estruturas sociais. Nesse sentido, deve ser entendida como um insumo que apoia uma ação em uma situação específica, facilitando a interação do indivíduo com o ambiente.

A partir dessa visão sobre a informação no cotidiano dos indivíduos, Pinto (2004) assinala que o acesso a ela pode mudar a realidade de um indivíduo, neste caso, o trabalhador. Porém, ressalta que a questão da cidadania para os trabalhadores ainda é uma questão complexa, que está sendo moldada, já que o sindicalismo no Brasil tem um histórico marcadamente corporativista e assistencialista. Assim, “a cidadania dos trabalhadores está relacionada à questão da articulação entre liberdade política e igualdade social”.

A autora complementa (2004, p. 74):

Nas sociedades democráticas, embora a questão da liberdade política dependa, principalmente, da estabilidade dos próprios regimes, a questão da igualdade social é muito mais complexa. Além de depender da vontade política, requer capacidade de organização das classes oprimidas para pressionar seus representantes eleitos. Problema que se agrava devido à própria característica intrínseca de desigualdade nas sociedades capitalistas, ou seja, historicamente nunca existiu igualdade social, mas sim graves desigualdades entre seus membros. Nesse sentido, considera-se que, a informação pode contribuir para a transformação social na conscientização das classes trabalhadoras em seu papel ativo de luta contra essas desigualdades.

Em contrapartida, Araújo (1998, p. 198) afirma que não necessariamente informação e cidadania relacionam-se de forma imediata: “a inter-relação entre informação e cidadania somente ocorre num contexto participativo-comunicacional”. A apropriação por parte dos indivíduos é que dará sentido às informações recebidas nos movimentos sociais. A autora assinala que “a ação educativa desenvolvida através das práticas informacionais, trabalha no sentido de aprofundar o processo de conscientização que possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania”.

As práticas de cidadania podem ser caracterizadas como ações políticas, sendo que a informação, neste contexto, opera a ligação entre os sujeitos sociais, adquirindo igualmente a característica de ação política (ARAÚJO, 1998).

Moura (2011) destaca a importância da informação para o exercício da cidadania. Nesse contexto, ela é tomada como um fenômeno social imprescindível à conscientização e à defesa dos direitos humanos.

De acordo com Pinto (2004, p. 33), a informação tem valor quando transmitida, comunicada, compartilhada e inserida no processo de construção coletiva do conhecimento:

Para que tenha um impacto social, o conhecimento precisa ser compartilhado a fim de contribuir para a proposição de ações alternativas, como o intento de modificar conceitos impregnados pela cultura vigente e que perpetuem as desigualdades na sociedade.

Com base nessas colocações, ressalta-se aqui a importância do papel social da informação como elemento de ação que pode servir para a transformação e a mudança de muitas realidades. Nesse sentido, a informação não garante a transformação; apenas oferece ao indivíduo a possibilidade de realizá-la ou não em busca da prática da cidadania ou de uma consciência politizada que oriente sua participação em outros movimentos sociais de caráter coletivo.

## **4 METODOLOGIA**

Esta pesquisa teve como foco as práticas informacionais realizadas pelos dirigentes do SINDIFES e pela base sindical, com o propósito de explicitar a dinâmica política deste contexto social e sua influência para o desenvolvimento do movimento sindical e dos técnicos administrativos em educação federais.

### **4.1 Contextualização: Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino e serviços oferecidos**

Para Boito Jr. (1991), até os anos de 1960 o maior contingente dos trabalhadores da educação - professores e técnico-administrativos - mantinha-se à parte em relação ao movimento sindical. Somente a partir do final da década de 1970 é que a luta coletiva pela melhoria das condições de trabalho, via atuação de associações profissionais, experimentou grande avanço, aproximando os trabalhadores do ensino dos demais trabalhadores brasileiros. Funcionou tanto como instrumento da luta reivindicativa, quanto como grupo de pressão para obter medidas de política educacional.

Os servidores federais em educação organizavam-se de forma incisiva em manifestações pelas causas da categoria desde o início dos anos de 1980. A maturidade adquirida e a necessidade de maior representatividade resultaram na fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES), em 30 de outubro de 1992, da organização dos trabalhadores técnico-administrativos federais da educação das IFES do estado de Minas Gerais. Esses trabalhadores viram no sindicato uma maneira de responder a suas necessidades e demandas.

Conforme detalhado no site do SINDIFES, desde a sua fundação foi estabelecido o conceito de “sindicato-cidadão”, ou seja, o engajamento para além dos interesses setoriais, visando à humanização das relações de trabalho. “A categoria sempre procurou intervir amplamente em temas como a defesa do direito à educação de qualidade, em todos os níveis, à saúde e em outras iniciativas que expressem a

consciência política e social dos servidores, buscando sempre o exercício da cidadania” (SINDIFES, 2015).

O SINDIFES é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e estatuto próprio, sediada em Belo Horizonte. Sua base é composta pelos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) das Instituições Federais de Ensino (IFES) de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Está presente em diversas cidades do estado de Minas Gerais (FIG. 1):

Figura 3 - Bases de atuação do SINDIFES no estado de Minas Gerais.



Fonte: Site do SINDIFES, Acesso em 2015.

É destacado entre seus principais objetivos: organizar, conscientizar e mobilizar os associados para a defesa de seus interesses, como forma de buscar e efetivar a preservação da melhoria de suas condições de trabalho, saúde e vida e promover uma formação política e sindical de seus filiados, que garanta a efetiva realização da educação pública, gratuita, laica e de qualidade (SINDIFES, 2015).

O SINDIFES também tem por objetivo garantir a prestação de serviço público de boa qualidade, em todas as esferas, em especial na área da Educação, buscando, estimular e promover a organização de seus filiados para a defesa dos direitos e garantias fundamentais e promover a defesa das liberdades individuais e coletivas, do meio-ambiente e do patrimônio artístico, cultural e histórico (SINDIFES, 2015).

Em alguns serviços oferecidos aos associados, pontuados em seu site, destacam-se: Departamento de Assessoria Jurídica, Grupos de Trabalho (GT), Centro de Memória, Biblioteca, além de Cursos de Capacitação e Qualificação voltados aos TAE.

A partir do histórico aqui apresentado e de todos os objetivos expostos pelo SINDIFES, torna-se essencial para esta pesquisa destacar a importância que a informação pode desempenhar nesse ambiente, já que se trata de um fator proeminente para o desenvolvimento das atividades cotidianas dos agentes envolvidos na tarefa de planejar intervenções sindicais nos diversos serviços oferecidos aos associados.

Destacam-se também o aspecto social da informação, principalmente no contexto sindical, já que a informação adquire importante papel para municiar os dirigentes, ativistas e militantes na defesa dos interesses dos trabalhadores por eles representados. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 22) afirma que o não acesso à informação encaminha ao arrefecimento do movimento sindical.

Para a realização da pesquisa de campo, optou-se por selecionar três departamentos responsáveis por prestar serviços bastante distintos à base sindical, com diferentes particularidades: Departamento de Assessoria Jurídica, Centro de Memória e Grupos de Trabalho. Tal escolha foi feita com base no levantamento de informações fornecidas pelos entrevistados e nos documentos disponibilizados pelo SINDIFES, caracterizados, a seguir, com base nas informações coletadas.

### *Departamento de Assessoria Jurídica*

O Departamento de Assessoria Jurídica conta com funcionários terceirizados, que prestam serviços de dimensão jurídica aos dirigentes do SINDIFES e a seus associados. Atende sujeitos que entram com suas causas, sejam elas individuais ou coletivas. Foi fundado juntamente com o SINDIFES, em 1992. Destaca-se como o principal serviço oferecido pelo sindicato, já que a natureza da instituição é jurídica. A assessoria jurídica prestada no SINDIFES permeia toda a instituição, atendendo desde os servidores associados e os não associados, ativos e aposentados, até a diretoria e os demais dirigentes sindicais.

Destaca-se aqui a participação dos servidores aposentados na procura por esse tipo de serviço. Dados do próprio departamento revelam que, esse público é o mais frequente, pois encontra no serviço de assessoria jurídica o vínculo que foi deixado com o seu ambiente de trabalho após a aposentadoria. Além de tudo, existe a necessidade do entendimento da legislação e dos direitos, já que esse público é o que mais sofre com os arrochos salariais praticados pelo governo, decorrentes da desvalorização dos proventos recebidos.

O serviço de assessoria jurídica é terceirizado, mediante a contratação de um escritório especializado. A equipe de atendimento é composta por cinco advogados. O serviço de consultoria é oferecido presencialmente de terça à sexta-feira, com plantão cível aos domingos e às segundas-feiras, em horários específicos. Cerca de 50 pessoas são atendidas por semana em um período de atividade rotineira. Esse número cresce quando existe algum processo especial em andamento. As dúvidas também podem ser tiradas por telefone. Existe também a possibilidade de agendamento de horário para atendimento.

### *Centro de Memória*

O SINDIFES criou seu Centro de Memória, para promover a democratização das informações alocadas pelo sindicato, a partir do pressuposto que a informação é importante para o desenvolvimento do movimento sindical. Localiza-se na sede do

Sindicato, em Belo Horizonte. Foi oficialmente instituído em 2010 (CARVALHO *et al*, 2015).

Para o SINDIFES (2015), esse setor, além de ser um instrumento importante para a ação sindical, é responsável por simbolizar “o elo entre o presente e o passado, tendo como aparato as modernas tecnologias de informação e comunicação a serviço da preservação e disseminação do conhecimento, potencializando o acesso ágil à memorável história de lutas e conquistas do movimento”. Em suma, trata-se de um centro de informação especializado, criado para municiar os dirigentes e a base sindical, entre outros interessados, de informações históricas, legislativas e institucionais relativas ao movimento sindical.

O Centro de Memória, ainda, busca dar visibilidade à importância histórica do Sindicato, destacando sua contribuição para a esfera dos movimentos reivindicatórios brasileiros, especificamente aqueles atrelados às IFES (CARVALHO *et al*, 2015).

Em seu espaço físico, o Centro de Memória disponibiliza o arquivo e a biblioteca do SINDIFES, cujo objetivo é preservar o conjunto de informações que constituem a memória da entidade, resgatando dados importantes que possibilitem construir sua história e dar conhecimento a esse respeito a todas as pessoas interessadas (SINDIFES, 2015). Nessa perspectiva o Centro de Memória visa à preservação documental e ao apoio à pesquisa.

### *Grupos de Trabalho (GT)*

Os Grupos de trabalho (GT) foram criados e regulamentados a partir Resolução 01, de 5 de agosto de 2010. A partir de uma visita realizada ao Centro de Memória durante o trabalho de campo, foram identificados em atas de encontros e em documentos do próprio SINDIFES que os encontros para discussões relativas às temáticas abordadas pelos GT, já faziam parte da rotina do sindicato em 1994.

Segundo o seu site, o SINDIFES conta com oito GT, que abordam diferentes temas pertinentes ao desenvolvimento e à qualidade de vida dos servidores. Foram criados

com a intenção de se constituírem em instância de debates, informação e circulação do conhecimento de temas diversos, organizando-se em torno de seus membros, de diferentes unidades da base do Sindicato, sob a coordenação de um diretor da entidade. A participação é aberta a servidores técnico-administrativos em educação da base e servidores docentes sindicalizados ao SINDIFES.

O SINDIFES destaca os GT como órgãos de estudo e assessoramento técnico à Diretoria Executiva Colegiada. Não possuem caráter deliberativo. Os resultados dos trabalhos que desenvolvem são remetidos à Diretoria Executiva Colegiada, para posterior apreciação e deliberação (SINDIFES, 2015).

Atualmente, no site de divulgação do SINDIFES estão listados os seguintes Grupos de Trabalho: GT Antirracismo, GT Aposentados, GT Carreira, GT Educação, GT Meio ambiente, GT Mulheres, GT Saúde do Trabalhador e GT Segurança. Contudo, durante as entrevistas constatou-se que os GTs atualmente não estão funcionando na prática com reuniões periódicas, apesar de já terem funcionado durante um período e de possuir regulamentação, conforme será detalhado na interpretação dos dados coletados para a pesquisa.

A ocorrência das reuniões do GT é de responsabilidade da Diretoria, que fica também encarregada de divulgar nos veículos de comunicação da entidade. A coordenação da reunião poderá ficar a cargo de um de seus integrantes que tenha conhecimento técnico específico e reconhecido, indicado por membro da Diretoria. Também é determinado na resolução que normatiza os GT que as tarefas atribuídas ou os temas de estudo específicos discutidos devem ter prazo determinado para a sua conclusão (SINDIFES, 2015).

Para os propósitos da pesquisa é importante salientar que esses diferentes aspectos evidenciam como o sindicato é um espaço plural responsável por abrigar distintos serviços e práticas informacionais. Apesar de prestarem serviços à base sindical, estes departamentos disponibilizam diferentes tipos de informação em diferentes instâncias que possibilitam distintas interpretações.

## 4.2 Estratégias adotadas para o estudo

A estratégia metodológica para o desenvolvimento do estudo consistiu, primeiramente, no diagnóstico dos sujeitos sindicalizados (base e dirigentes), na utilização por parte destes, dos serviços jurídicos prestados, do Centro de Memória e na participação ou não nos Grupos de trabalho oferecidos pelo SINDIFES. Indagando-se sobre como ocorrem as práticas informacionais desses sujeitos no contexto sindical. Em segundo, o investimento no levantamento e consulta de fontes documentais; tendo em perspectiva a apreender como é regido e o tipo de normatização estabelecida para o funcionamento do SINDIFES e também os serviços prestados.

Para subsidiar a análise e a interpretação do material pesquisado, o aporte teórico conceitual de apoio situa-se no campo do Estudo de Usuários (EU). Compreendendo o fenômeno estudado como um produto social, que deve ser investigado atentando-se para suas múltiplas dimensões: social, histórica, econômica, política e cultural presente nas interações entre os sujeitos (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012, p. 19).

Desse ponto de vista, este estudo insere-se na categoria de “Estudo de Usuários” (EU), com ênfase na abordagem social, tendo-se claro que esta perspectiva é a mais apropriada para o fenômeno que se pretende compreender. Assim entendido, o estudo buscou focalizar o sujeito interlocutor em seu contexto de ação, ou seja, em suas interações e processos de construção e de significação do seu meio social (SILVA, 2008).

Levando-se em consideração os argumentos de Pinto e Araújo (2012) quando advogam a necessidade de aprimorar o estudo da subjetividade dos usuários da informação, em benefício da melhoria dos serviços de informação, observando-se a complexidade dessa realidade social. Ou seja, a questão da diversidade das necessidades individuais (informacionais, culturais, políticas, sociais e, também, psicológicas) e a possibilidade ou não do atendimento delas eficazmente pelo sindicato.

Com base nessa discussão é que a escolha metodológica feita para o desenvolvimento do trabalho investigativo de campo apoia-se no método qualitativo. Atentando-se para o fato de os sujeitos interlocutores serem diferentes quanto ao hábito e ao tipo de comportamentos adotado no processo de busca de informações e uso desses espaços. Conforme a explicação de Baptista e Cunha (2007), a abordagem qualitativa permite o enfoque nos “aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano”. Em suma, são inúmeras suas vantagens para a compreensão do processo.

A proposta investigativa visou apreender o contexto focalizado da maneira o mais completa possível, de modo a retratar fidedignamente e em sua complexidade a realidade estudada (SEVERINO, 2007; MICHEL, 2009). Todavia, deixando-se claro que este estudo, embora não seja pioneiro na exploração da temática, coloca-se como um trabalho exploratório; uma vez que se pode verificar através dos levantamentos preliminares que o conhecimento produzido, acumulado e sistematizado sobre o assunto é ainda incipiente e escasso.

Como bem esclarece Braga (2007, p. 25), a pesquisa exploratória tem por objetivo procurar padrões. Não tem por finalidade produzir resultados conclusivos ou, mesmo, oferecer respostas prontas para determinado problema, mas sim abrir um campo de possibilidades e apontar pistas instigantes para outras pesquisas futuras.

Portanto, a investigação proposta pode ser delimitada como um estudo de caso, com o emprego do recurso da observação de campo, auxiliado pela técnica de entrevistas informal e semiestruturada (APÊNDICE A; APÊNDICE B).

### **4.3 Procedimentos**

Inicialmente, aplicou-se um pré-teste, que teve como intuito avaliar a qualidade e a pertinência dos assuntos e das temáticas abordados durante as entrevistas realizadas com os sujeitos entrevistados.

As entrevistas foram empreendidas *in loco*, ou seja, no contexto dos entrevistados em seus ambientes de trabalho. No sentido mais amplo, o universo estudado se configura pela seleção de elementos percebidos como representativos da população-alvo, nesse caso com a delimitação de oito sujeitos entrevistados. É preciso esclarecer, no entanto, que não se tratou de uma amostra fechada, mas flexível à alteração, dependendo das variáveis intervenientes no curso da investigação de campo; ou seja, da necessidade ou não de complementar informações a partir da análise e avaliação parcial do material empírico obtido.

Ainda com relação à discussão metodológica ora em questão, alguns autores destacam a importância da escolha correta do método investigativo, pois ele é responsável por determinar como os dados serão coletados e analisados, para que os resultados da pesquisa sejam alcançados. Destacam, ainda, que na pesquisa qualitativa não só as descobertas e resultados são importantes, mas todo o processo para se chegar até eles (DUARTE, 2002; BRAGA, 2007; FLICK, 2009).

Nesse sentido Braga (2007, p.21) explicita:

O foco não é apenas o fenômeno estudado em si, mas o relato ou o discurso do sujeito de pesquisa sobre o fenômeno vivido ou presenciado por ele e que é esse o verdadeiro objeto de pesquisa. Esse relato ou discurso pode ser uma nova versão dada pelo sujeito sobre o fenômeno vivido ou presenciado e, por sua vez, o pesquisador dará também sua própria versão sobre os dados coletados. Esse processo continua com as interpretações de cada leitor do livro, artigo ou relatório de pesquisa, que também criam suas próprias versões sobre o fenômeno relatado.

Flick (2004, p. 33) destaca que a pesquisa qualitativa possui distintas abordagens, que se diferem quanto às suposições teóricas e ao modo de compreender seu objeto de pesquisa em seu foco metodológico. Flick (2009), nessa perspectiva, define a pesquisa qualitativa como um “processo contínuo de construção de versões da realidade”.

Partiu-se do pressuposto de que na pesquisa qualitativa, a subjetividade do pesquisador e também dos sujeitos estudados é parte fundamental do processo de

pesquisa. Dessa forma, estas escolhas foram feitas para a condução desta pesquisa de maneira que sejam as que melhor se aplicam à condição da proposta do estudo.

#### **4.4 Sujeitos da pesquisa**

Após alguns contatos preliminares, optou-se por entrevistar os integrantes da base sindical, ou seja, os TAE, usuários em potencial dos serviços prestados pelo sindicato, e também os funcionários e dirigentes do SINDIFES, por possuírem conhecimentos e informações relevantes à pesquisa. Alguns nomes resultaram da indicação dos próprios entrevistados.

Como ponto de partida, o primeiro contato foi realizado via e-mail ou telefone fornecidos pelo próprio sindicato ou disponibilizados em sua página. Assim que o retorno positivo era obtido, a entrevista era marcada, conforme disponibilidade do entrevistado.

As entrevistas foram transcritas à medida que iam sendo realizadas com os interlocutores selecionados e representativos da população que se pretendia analisar. A transcrição imediata auxiliou a retenção na memória da riqueza de detalhes mencionada nas falas gravadas durante o processo de interlocução realizado no local de trabalho dos indivíduos.

Foram selecionados oito interlocutores, número considerado representativo da população-alvo para a realização da pesquisa, como representamos a seguir (QUADRO 1):

**Quadro 1**  
**Entrevistados – representantes da população alvo**

<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>TEMPO DE TRABALHO</b>	<b>TEMPO DE SINDICATO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO NA PESQUISA</b>
<b>Entrevistado 1</b>	Dirigente sindical e TAE	29 anos	Sindicalizada desde o começo. Direção desde 2008.	<b><i>Ent. 1</i></b>
<b>Entrevistado 2</b>	Funcionário do Sindicato	*	Desde 2013.	<b><i>Ent. 2</i></b>
<b>Entrevistado 3</b>	Funcionário do Sindicato	*	Desde 2011.	<b><i>Ent. 3</i></b>
<b>Entrevistado 4</b>	TAE Sindicalizado	29 anos	Sindicalizada desde o começo. Direção de 1999 a 2002.	<b><i>Ent. 4</i></b>
<b>Entrevistado 5</b>	TAE Sindicalizado	30 anos	Sempre acompanhou.	<b><i>Ent. 5</i></b>
<b>Entrevistado 6</b>	TAE Sindicalizado	5 anos e 6 meses	Desde 2011.	<b><i>Ent. 6</i></b>
<b>Entrevistado 7</b>	TAE Sindicalizado	21 anos	Desde 2000.	<b><i>Ent. 7</i></b>
<b>Entrevistado 8</b>	TAE Sindicalizado	11 anos	Desde 2007.	<b><i>Ent. 8</i></b>

Fonte: Dados da pesquisa<sup>12</sup>

<sup>12</sup> A ordem dos entrevistados exposta no QUADRO 1 não retrata a o ordem cronológica que as entrevistas foram realizadas. As informações foram disponibilizadas no quadro dessa maneira para facilitar a análise dos dados.

## **5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

O roteiro proposto na entrevista semiestruturada (APÊNDICE A e APÊNDICE B) teve por objetivo apreender as práticas informacionais dos indivíduos que buscam e disponibilizam informações no SINDIFES. Além disso, procurou diagnosticar qual a importância que a informação disponibilizada pelo sindicato desempenha no cotidiano dos TAE que participam do movimento.

Procurou ainda, contribuir para a caracterização dos principais serviços oferecidos pelo SINDIFES à base sindical; investigar como as práticas informacionais são processadas nesses espaços de interlocução, conforme suas particularidades e identificar como se dá o comportamento informacional dos indivíduos (base e dirigentes) em seu cotidiano.

Intencionou-se averiguar o discurso feito pelos dirigentes a respeito dos serviços ofertados em contrapartida à realidade vivenciada pelos indivíduos que procuram e utilizam-se dos serviços. Nessa etapa da pesquisa de campo foi feito o levantamento de informações a partir da pesquisa em documentos do próprio sindicato disponibilizados ao público, participação em assembleias, reuniões, visitas ao sindicato para conhecimento da estrutura, observação e conversas informais com integrantes dos departamentos.

A intenção da proposta inicial da pesquisa seria o estudo dos Grupos de Trabalho (GT) em profundidade, com base em um contato maior, mediante a realização de entrevista com pelo menos dois dirigentes desses grupos. Seguido também pela análise de outros serviços ofertados pelo sindicato: Centro de Memória e Serviço Jurídico.

Para o enfoque nos GT, também foi pensada como estratégia metodológica a participação nos grupos. Porém, devido ao fato de não ter ocorrido nenhuma reunião ou encontro durante a realização da pesquisa de campo entre outubro de 2014 e agosto de 2015, essa ideia foi abandonada, sobretudo, depois de algumas

entrevistas preliminares feitas, que informaram sobre a suspensão temporária de tais atividades. Conforme afirmou uma dirigente entrevistada:

O Grupo de Trabalho é uma coisa que não funciona em tese. Não está funcionando atualmente. Teve um tempo, acho que há uns 4 anos atrás, que funcionava minimamente, mas é outra coisa que a gente tem que reativar. Primeiro, a gente não tinha uma regulamentação e agora a gente já regulamentou a questão do grupo de trabalho. Ele não é deliberativo. Aí vem a questão das viagens, porque geralmente a base toda quer ir e aí tem aquela disputa. Eu vou ou não vou e aí tira os delegados. E aí o grupo de trabalho precisa ter uma regulamentação, alguém que fique responsável. Nós regulamentamos, só que paramos de chamar reuniões. Porque entramos em greve muito pesada. Foi a greve interna. E depois veio a greve por salários e agora vem outra. A eleição do CONTIFES. E, então, o grupo de trabalho é uma coisa que temos que reativar. Porque o contato com a base ele é importante, e são grupos que discutem a política dentro do sindicato. Eles atuam dentro do sindicato. (*Ent. 1*).

Nessa passagem, a entrevistada refere-se às sucessivas greves empreendidas nos últimos anos pelo sindicato nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2015 e suas consequências para o funcionamento dos GT na prática.

A partir dessas informações, procurou-se concentrar os esforços do trabalho de campo na pesquisa documental. Ao recorrer a essas fontes, pretendeu-se levantar informações substantivas referentes à implantação dos GT e aos outros departamentos e serviços delimitados pela amostra da pesquisa.

Inicialmente, o acesso ao SINDIFES foi facilitado em dois setores detentores de importantes fontes de informação para a base sindical: o Setor Jurídico e o Centro de Memória. As visitas a esses setores foram importantes para entender o funcionamento e particularmente o modo como disponibilizam serviços de prestação de informação direcionados tanto aos dirigentes como à base sindical e como ocorre a dinâmica desses setores.

Optou-se por realizar as entrevistas nos setores de trabalho dos próprios TAE. A autora da dissertação identificou-se como pesquisadora e demonstrou os objetivos da pesquisa (APÊNDICE C e APÊNDICE D), assegurando o anonimato ao

entrevistado. As questões foram elaboradas com clareza, de modo a evitar ambiguidades.

Fraser e Gondim (2004, p. 140) evidenciam que o uso da técnica da entrevista na pesquisa qualitativa é indicado, pois:

[...] permite uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Outra vantagem é a flexibilização na condução do processo de pesquisa e na avaliação de seus resultados, visto que o entrevistado tem um papel ativo na construção da interpretação do pesquisador.

... ao invés de o pesquisador sustentar suas conclusões apenas na interpretação que faz do que o entrevistado diz, ele concede a este último a oportunidade de legitimá-la. Este é um dos aspectos que caracteriza o produto da entrevista qualitativa como um texto negociado.

A entrevista foi gravada e transcrita, para posterior leitura e análise dos detalhes do conteúdo das informações prestadas. Posteriormente a essa etapa, procurou-se organizar os dados coletados e classificá-los em categorias.

Na primeira etapa, o roteiro das entrevistas foi dividido em três blocos, com temáticas que intencionaram identificar, respectivamente:

- O perfil dos entrevistados e seu cotidiano;
- Os serviços oferecidos pelo sindicato;
- O papel que a informação desempenha no sindicato e o modo como ocorre a interação dos indivíduos nos espaços de informação e suas práticas informacionais.

Na segunda etapa, julgou-se pertinente à pesquisa dividir esses blocos em categorias e subcategorias, com temáticas que permitissem levantar os dados considerados importantes para a pesquisa. Esse desdobramento permitiu contemplar todos os dados relevantes para a pesquisa. À medida que surgiam informações que se repetiam nas respostas dos interlocutores em mais de uma entrevista julgadas importantes à condução da pesquisa, estas informações eram categorizadas de acordo com a temática, conforme descreveremos a seguir (QUADRO 2):

Quadro 2  
Temáticas abordadas nas entrevistas de forma resumida

<b>TEMÁTICAS ABORDADAS NAS ENTREVISTAS DE FORMA RESUMIDA</b>					
<b>Blocos/temáticas</b>	<b>Categorias</b>			<b>Subcategorias</b>	
<b>1º Bloco</b> - O perfil dos entrevistados e seu cotidiano	Cargo ocupado /Trabalho que desempenha/ Escolaridade	Tempo de atuação ou que acompanha o movimento sindical	Percepção sobre o sindicato	Motivação para ingressar, participar ou acompanhar o movimento sindical	Participação política anterior ao sindicato. Mudança no cotidiano, após conhecer o Sindicato.
<b>2º Bloco</b> – Os serviços oferecidos pelo sindicato	Caracterização dos serviços oferecidos pelo sindicato.		Serviços prestados pelo sindicato conhecidos ou já utilizados pelos entrevistados	Conhecimento sobre os GTs (Grupo de trabalho), Serviço Jurídico ou Centro de Memória	
<b>3º Bloco</b> - O papel que a informação desempenha no Sindicato/ interação dos indivíduos nos espaços de informação e práticas informacionais.	Informação utilizada no desempenho do trabalho/ Tipos de fontes de informação utilizadas no cotidiano	Tipo de informação procurada no Sindicato	De que maneira a informação disponibilizada pelo sindicato aos TAEs ajuda no cotidiano do trabalhador	Formas de mobilização empreendidas pelos trabalhadores geradas a partir do contato com as informações disponibilizadas pelo sindicato	Entendimento sobre cidadania

Fonte: Dados da pesquisa

## 5.1 Caracterização da base sindical

As primeiras interlocuções trataram do perfil dos entrevistados. A faixa etária dos indivíduos que compuseram a amostra situa-se entre 30 e 54 anos. Apurou-se que em sua maior parte possuem curso de graduação, mesmo quando o cargo que ocupam não exige tal competência. Apenas um dos entrevistados não possui nível de graduação. Os entrevistados possuem graduação em distintas áreas, como: Arquivologia, Biblioteconomia, Matemática (2 entrevistados), Letras, Gestão Pública e História. A maioria possui algum tipo de curso de especialização (*Lato sensu*), e alguns possuem curso de mestrado. Como um dos relatos exemplifica:

Minha ocupação é assistente de administração no cargo e sou coordenadora aqui do Centro. Sempre estudei. Eu fiz Letras na graduação, depois fiz especialização em gestão estratégica da informação e fiz um mestrado em gestão social, educação e desenvolvimento local. Nunca parei. (*Ent. 5*)

O dado referente à escolaridade dos TAE das IFES do estado de Minas Gerais acompanha uma tendência nacional. São 69% (sessenta e nove por cento) dos servidores ativos das Universidades Federais de todo o Brasil recebendo o incentivo financeiro, o que significa 69% de servidores com o nível de escolaridade acima do exigido para ingresso no cargo. Nos Institutos Federais, são 52,23% (cinquenta e dois por cento), com o nível de escolaridade acima do exigido para o ingresso no cargo (BRASIL, 2013).

Essa estatística reforça a necessidade por parte dos trabalhadores de investirem em seus conhecimentos. Essa tendência é dada a partir das transformações ocasionadas no mundo do trabalho, em que existe a indispensabilidade da qualificação desses indivíduos. Essa constatação também é feita por Marques (2014) quando afirma que, para se manter no mercado de trabalho na atualidade, o trabalhador depende muito mais de elementos imateriais, especialmente do saber e do conhecimento.

Os servidores entrevistados, em alguns casos, realizaram o curso de especialização ofertado pelo próprio SINDIFES, conforme relatado:

Sou secretária de departamento aqui na unidade. Desempenho atividades administrativas. Sou pós-graduada. Dentre os serviços prestados pelo sindicato, realizei o curso de especialização voltado aos servidores da UFMG. E todo o apoio que foi dado relativo ao curso. (Ent. 7)

A pós-graduação, citada também por outros TAE, é o curso de Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES), que é resultado de uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), da rede de práticas do ensino superior (GIZ), do Centro de apoio à educação a distância (CAED) e da Faculdade de Educação (FAE), apoiada pelo SINDIFES. Sua criação foi aprovada pela Pró-Reitoria de Pós- Graduação (PRPG) em 16 de dezembro de 2011, após uma proposta do SINDIFES por um curso institucional destinado aos TAE da UFMG.

Em 2014, o SINDIFES, em parceria com a UFMG, ampliou o oferecimento de cursos de capacitação e qualificação. Além do GIFES, Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, com 210h/a, que era o único oferecido inicialmente. Foram também ofertados dois cursos de média duração, o de Atualização em Gestão Pública, 90h/a, e o de Atualização em Políticas Públicas, Diversidade e Inclusão, com 120h/a. Assim como oito cursos de Atualização de curta duração, com 30h/a cada um, com diferentes temáticas abordadas no movimento sindical (SINDIFES, 2015).

Segundo relato de um dirigente, esses cursos ofertados visam fornecer educação de qualidade aos TAE da IFES atendidas pelo SINDIFES. O objetivo é ampliar a cada ano as vagas, para atender um maior número de interessados.

A criação do GIFES atende também ao Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores. Para o desenvolvimento profissional e o aperfeiçoamento da gestão Pública, foi criado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCC-TAE), cujas diretrizes foram estabelecidas por meio do Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e o Decreto 5.825, de 29 de junho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração do Plano de

desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação<sup>13</sup> (BRASIL, 2013).

A procura por cursos superiores e de pós-graduação teve grande índice de aumento entre os TAE, inicialmente, devido aos incentivos financeiros que propiciavam. Posteriormente, o sindicato procurou fazer campanhas de incentivo à qualificação e capacitação dos TAE, destacando a necessidade desses cursos também para o conhecimento pessoal e profissional.

Acredito que o reajuste salarial tenha sido um dos ganhos mais expressivos. Existem também as progressões que são garantidas através dos cursos que realizamos através do sindicato. Nesse sentido, considero o nosso sindicato bastante atuante. Muitos criticam o sindicato, mas acredito que na medida do possível eles trabalham bastante pela categoria. (*Ent.6*)

Cabe ressaltar que a categoria dos TAE é bastante heterogênea, já que, ao mesmo tempo possui membros com mestrado ou doutorado que, muitas vezes, desempenham os serviços de professores ou tutores em laboratórios, por exemplo, também possui membros que operam atividades rotineiras, que, muitas vezes, não possuem estímulo para realizarem os cursos que são oferecidos. Esse desestímulo com o trabalho pode levar esses trabalhadores a situações como: alto índice de depressão e alcoolismo, que, muitas vezes, desmotiva esses servidores, que acabam tendo baixos índices de produtividade ou, muitas vezes, necessitam de afastamento para tratamentos de saúde.

A falta de estrutura no ambiente de trabalho e de oferta de cursos de capacitação proporcionada pelas IFES é destacada como um dos fatores que propiciam piores condições de trabalho aos TAE:

Sendo uma secretaria de pós-graduação, a gente trabalha tanto com a demanda de professores, como com a demanda de alunos: toda a vida acadêmica do aluno, toda a alimentação da plataforma Sucupira. Todo atendimento a público externo e interno, telefone, recebimento de correspondência, confecção de documentos, portarias, ofícios, todos os documentos que demandam uma secretaria. As fontes de informação, elas vêm da Pró-Reitoria de pós-graduação. E o

---

<sup>13</sup> A Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, já destacava a importância dos programas de Capacitação e Qualificação dos TAE, com investimentos oriundos de recursos disponíveis no orçamento ou recursos próprios, por meio de parcerias e, principalmente, pelo aproveitamento de pessoal qualificado de cada Instituição.

instrumento meu de trabalho é o computador, porque eu trabalho muito no sistema acadêmico, juntamente com DRCA, internet, e-mails, porque na pós, os e-mails que é o principal, que eu chego e abro e tem as demandas e as outras demandas também vem do colegiado. A tecnologia é necessária, mas a universidade não tem política de capacitação adequada. As pessoas são, literalmente, jogadas em certos lugares, muitos até em desvio de funções, e têm que se virar, porque é cobrado, mas não é dado um aumento para que a pessoa se capacite. Eu, particularmente, tive que procurar, tive que me capacitar sozinha. Eu não tive nenhuma capacitação para trabalhar com a tecnologia sendo viabilizada pela universidade. (Ent. 4)

Outro entrevistado assinala a importância da existência de cursos de capacitação e treinamento ofertados pelo Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) da UFMG, entre os anos de 2010 e 2011. Porém, esses cursos e treinamentos não tiveram continuidade após esse período:

Quando entrei, existia um curso dado pela universidade que era direcionado aos funcionários, para conhecimento geral do serviço público. Só que não teve continuidade. Acho que devia ter uma continuidade, que fosse anual ou semestral. Seria bom para nosso trabalho estar sempre reciclando nosso conhecimento. (Ent. 6)

Em relação à inserção da tecnologia no cotidiano, especificamente no desenvolvimento de seus trabalhos, muitos servidores visualizam a sua necessidade. Porém, de forma geral, avaliam que não estão bem preparados quando o trabalho requer um conhecimento mais complexo nas atividades desenvolvidas e atribuídas a seus setores de atuação nas IFES. Ainda sim, por outra perspectiva, o processo de atualização e efetivação do uso das tecnologias na rotina de trabalho dos TAE encontra-se em andamento.

Eu avalio que nós não somos preparados, não. O nosso processo, ele está em construção. No caso do setor onde eu trabalho são tecnologias muito específicas para trabalhar com a questão da acessibilidade de inclusão. E, então, não domino todas as ferramentas, todas as tecnologias. Mas, na medida do possível, procuro trabalhar com elas, e eu tenho aqui uma equipe de TI para me auxiliar no dia a dia desse trabalho, porque o nosso trabalho é bem específico. (Ent. 5)

Ainda em relação à tecnologia no ambiente de trabalho e nos cursos direcionados aos TAE, com o emprego de plataformas *on-line*, alguns entrevistados consideram

que a inserção desses recursos desponta como o principal responsável por uma mudança no cotidiano dos trabalhadores das IFES. Em especial, nas formas de produzir, acessar e usar a informação. Apurou-se que essa mudança se coloca de forma irreversível, não só nos campos de produção, mas também nos setores de prestação de serviço, conforme atestado por muitos autores (KUMAR, 1997; TAVARES, 2004; MARQUES, 2014).

Nessa perspectiva, um entrevistado avalia:

A iniciativa do sindicato é válida. Eu conheço muitos trabalhadores que não pensavam em retornar para os estudos que hoje estão matriculados nos cursos. Além do conhecimento que é proporcionado nesses ambientes de encontro e discussão, acredito que a necessidade do conhecimento tecnológico é outro fator importante nesse processo. Até onde sei os alunos são orientados por tutores especializados em ambientes de EAD. Não sei se resolvem todos os problemas, mas considero um incentivo, principalmente para os mais antigos, que possuem pouco conhecimento sobre estas plataformas e tecnologias de maneira geral. (*Ent. 8*)

Nesse sentido, observa-se que os cursos oferecidos pelo sindicato, algumas vezes, veem ao encontro das necessidades apresentadas pelos TAE, proporcionando, além de melhores condições de trabalho, o acesso às tecnologias.

Para o SINDIFES, a proposta dos cursos de qualificação e capacitação que são ofertados é propiciar formação aos trabalhadores em educação, que atuam nas diferentes frentes de trabalho, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão nas IFES. Dentre os objetivos específicos relacionados ao desenvolvimento dos trabalhadores, o SINDIFES (2015) assinala:

- > Potencializar a capacidade de análise, de tomada de decisão e de gestão dos participantes;
- > Propiciar aos participantes conhecimentos acerca dos processos de gestão pública, especialmente no campo de educação;
- > Propiciar oportunidades para formação simultânea e o fortalecimento da cooperação dos profissionais para o aperfeiçoamento da gestão;
- > Desencadear processo de reflexão sobre gestão pública e políticas públicas.

Para a realização dos cursos, o SINDIFES, muitas vezes, realiza parcerias com a PRORH da UFMG. Os cursos são oferecidos por meio de programas da FAFICH ou

da FAE, com corpo docente qualificado, visando assegurar posterior reconhecimento por outras instituições de ensino também conceituadas.

Além do GIFES, curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, oferecido desde 2011, a partir de 2014 o SINDIFES ampliou a oferta de cursos de capacitação. Foram também ofertados cursos de média duração: Atualização em Gestão Pública e Atualização em Políticas Públicas, Diversidade e Inclusão. Citam-se também, oito cursos de atualização de curta duração, com diferentes temáticas abordadas dentro do movimento sindical.

Esses cursos contribuem para a oferta de um serviço público de qualidade, atendendo à necessidade de investimento na força de trabalho dos TAE. Existe a indispensabilidade desses cursos de capacitação e qualificação, porque eles visam também ao oferecimento de serviços de qualidade voltados aos cidadãos usuários dos serviços públicos. Porém, nota-se a necessidade de oferecer cursos de capacitação que sejam voltados para o aspecto técnico e prático dos serviços oferecidos, de acordo com a particularidade de cada setor, além dos cursos já oferecidos que abordem políticas e gestão pública.

## **5.2 Motivação para a procura do sindicato**

Para Nogueira (2014), os sindicatos dos serviços públicos no Brasil são reconhecidos como combativos e se destacam como movimentos coletivos de representação dos servidores desde o começo da década de 1990, quando foram reconhecidos, pela Constituição Brasileira de 1988 e passaram a ter visibilidade na sociedade. Atualmente, esses sindicatos enfrentam movimentos favoráveis à terceirização, que muitas vezes têm contribuído para seu enfraquecimento. Pois devido a situações contratuais esses trabalhadores não podem possuir vínculos sindicais.

Ainda assim, os sindicatos no serviço público detêm estabilidade para a realização de greves, com grande adesão por parte de sua base. Isso garante que este tipo de

mobilização ocorra com maior frequência, sem maiores prejuízos à categoria, conforme constata Nogueira (2004), quando salienta que na atualidade os trabalhadores dos serviços públicos asseguram sua manutenção segundo a forma clássica dos movimentos sindicais.

As falas de alguns entrevistados revelam que a maior parte dos TAE tem conhecimento do trabalho do SINDIFES, muitas vezes, pela movimentação em prol de greves, o que deixa transparecer que o movimento de greve constitui a face mais visível do sindicato.

[...] mas, para falar a verdade, só tenho contato com o sindicato nos períodos de greve. Nunca fui à sede. Acho que por isso não tenho conhecimento dos serviços que são disponibilizados. Vejo muita coisa pelos boletins e pela página do SINDIFES. Participo das reuniões que ocorrem na unidade em que trabalho, quando eles levam algum representante do sindicato. Acredito que essas reuniões são importantes para mobilizar um maior número de servidores. Muitas vezes, essas reuniões também são feitas por algum colega da nossa unidade que está mais inteirado sobre o assunto, que é mais participativo. Essas reuniões esclarecem o motivo da greve e as principais reivindicações. Eventualmente, participo também das assembleias realizadas na Reitoria. (Ent. 6)

Dá para perceber a presença do sindicato, principalmente nos movimentos de greve. Entrei para o sindicato para ajuizar uma ação, e até hoje não tive resultado. Quase sempre tenho contato com mobilização para assembleia para indicativo ou deflagração de greve na instituição. (Ent. 7)

O movimento sindical também é responsável por atrair indivíduos que já participaram de outros movimentos políticos, comunitários, culturais e outros em prol de outras causas. Geralmente, esses TAE, que já tiveram algum tipo de envolvimento com outros tipos de movimentos sociais e políticos, acabam participando de forma direta da composição do sindicato, como membros de comissão ou dirigentes. Dessa forma, o cotidiano do indivíduo e suas experiências anteriores são determinantes diretos para a procura e o envolvimento com o sindicato.

A minha história vem de movimentos populares, de associação de bairro. Eu fui convidada a compor o sindicato. Eu sempre tinha sido convidada a compor a ASSUFEMG (associação dos servidores da UFMG). Particpei da coordenação geral do SINDIFES de 1999 a 2002, como coordenadora geral. Então, já tenho um veio político de atuação nos movimentos, de querer modificar o mundo, o nosso Brasil, e tudo o mais. E depois que eu fui diretora, de 99 a 2002, eu

fiquei um pouco forçadamente na incubadora<sup>14</sup>. Antes do sindicato eu era da associação de bairro, sempre apoiando os movimentos de todas as lutas populares. Eu também já fui do conselho da cidade, desse orçamento participativo. Eu acho que o meu interesse começou com a minha inserção mesmo na luta na associação de bairro, porque eu moro em vila. Sempre morei em vila. Então, eu acho que foi daquela vontade de fazer o meu bairro melhor, o país melhor é que veio este sangue e esta vontade política que não te larga de jeito nenhum. Você pode até ficar na incubadora, ficar um tempo fora, mas você não consegue largar de vez. (*Ent. 4*)

Também existem casos de pessoas que hoje se encontram diretamente envolvidas com o movimento sindical, mas que anteriormente não tinham nenhum tipo de envolvimento político. Isso leva à interpretação de que o interesse dos sujeitos pela questão sindical ter sido despertado nos mesmos, a partir de um primeiro contato com o próprio SINDIFES. O *Ent1* fala sobre como surgiu o interesse pelo movimento sindical - neste caso, quando passou do papel de TAE para o papel de dirigente sindical:

Eu não tinha na minha vida nenhum capítulo de movimento de luta. Para falar a verdade, em relação a sindicatos, eu até tinha um pouco de raiva. Não gostava muito. Tinha uma certa antipatia. Aquele olhar pejorativo de que aquelas pessoas não gostavam de trabalhar. Eu até reforço agora na minha fala de que, apesar de penoso, acho que o representante deve estar diretamente ligado à sua base, no seu ambiente de trabalho, porque acho que essa *birra* que criei foi pelo contato com algumas pessoas do sindicato. Então eu não gostava. Mas aí eu comecei a ir (no sindicato). *Aí molhou o pé, acabou*. Aí me apaixonei pela causa (*Ent. 1*).

As entrevistas também indicam que alguns sindicalizados se filiaram ao sindicato motivados, em certos casos, pela influência de colegas integrantes da base sindical. Em alguns casos, as pessoas são indicadas para compor as chapas representativas do sindicato por já serem conhecidas pelos trabalhos realizados para a base sindical, por algum tipo de trabalho que desempenham de forma independente.

De maneira geral, os entrevistados que têm ou tiveram envolvimento direto com o sindicato confirmaram, que de certa maneira, em algum momento da vida

---

<sup>14</sup> Segundo a entrevistada, depois da sua gestão, entre 1999-2002, ela ficou de fora dos cargos de coordenação após ser processada pela atual diretoria, que exerce a coordenação do SINDIFES há 12 anos.

profissional já realizavam algum tipo de trabalho em prol do coletivo. Em outra passagem, a mesma pessoa entrevistada avalia:

Eu não procurei o sindicato. Eu fui procurada por eles. Eu sou professora de matemática, formada pela UFMG. Então, na época que a universidade escolarizou as pessoas através dos cursos que foram dados no Centro Pedagógico para as pessoas que não tinham ensino médio ou fundamental, eles me procuravam muito para dar aula particular. No meu horário do almoço, eu tinha alguns trabalhos com as pessoas que me procuravam, como: formulários que alguns não sabiam preencher, boleto para pagamento ou documentos para imprimir, coisas de aposentadoria, coisas de ordem administrativa mesmo. Isso tudo eu fazia. Eu tinha essa atividade. Então, esse pessoal me indicou para o sindicato e o sindicato me procurou para participar da gestão. Na verdade, acaba que era um movimento de cunho político dentro do setor de trabalho. *(Ent. 1)*

Após um primeiro contato, os entrevistados reconhecem o sindicato como uma entidade que representa os interesses da categoria. Também reconhecem o sindicato como fonte de informação de qualidade. Boa parte dos entrevistados relatou que sempre que precisa de alguma informação recente relativa ao seu trabalho e vínculo empregatício recorre ao site do sindicato, que periodicamente é atualizado.

Eu tenho contato com o sindicato, eu diria o básico. Sempre que busco informação, entro no site. Acho que essa parte do sindicato melhorou muito. E sempre que necessário, eu entro em contato. Acho que eles deram uma ênfase bacana no site, nas informações que tratam da legislação. Tem uma página que eles criaram, que eu achei muito interessante, sobre a biblioteca e o centro de memória. Ficou um ótimo produto. *(Ent. 5)*

A mídia impressa, que conta com o boletim informativo do SINDIFES, foi citada como um dos aspectos que devem ser melhorados, principalmente em relação às datas de entrega. O atraso na entrega e na divulgação faz com que o conteúdo informativo chegue desatualizado para o leitor.

O que eu acho que precisava ser melhorado, é que às vezes a gente recebe o boletim em casa, mas as coisas já passaram. E eu acho que se vai fazer a opção por fazer o boletim, que é um gasto, acho que eles deveriam cuidar melhor da periodicidade do boletim, e tal. Muitas das vezes, ele chega bem atrasado. As informações e os eventos já passaram. *(Ent. 5)*

Considero a internet minha principal fonte de informação para o profissional e para assuntos diversos. Gosto de assistir os principais noticiários através do computador. Acho que com toda a correria do

dia, o computador é sempre a melhor opção. Então, para acessar informações do sindicato, além da página, participo de um grupo no facebook. Sempre publicam alguma coisa. (Ent.6)

As respostas obtidas confirmam que a necessidade e o comportamento informacional dos indivíduos variam de acordo com a posição que estes ocupam no movimento sindical. Reforçando a perspectiva de Pinto (2012), apurou-se que a informação que é acessada no âmbito sindical deve ser entendida também como um construto social, cuja apropriação por parte dos indivíduos é também definida pelas relações sociais de que eles participam ou se encontram.

### **5.3 Caracterização dos serviços de informação oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino**

É quase unânime entre os TAE que o sindicato é visto como uma entidade representativa que defende os direitos dos trabalhadores, reivindicando condições de trabalho e condições salariais mais favoráveis. Para a garantia desses direitos, os entrevistados reconhecem a necessidade de assegurar a representatividade da categoria.

Acho que existe uma fronteira muito tênue. Então, a gente pensa assim: O sindicato, ele trabalha na contramão da instituição (Instituições Federais de Ensino) para o interesse dos trabalhadores, sim, muitas vezes. Mas existe um ponto na fronteira, que eu estava lendo em uma nota normativa do Ministério Público do Planejamento e Gestão outro dia, que dizia que a presença da ação sindical é importante para a administração pública. Eu não tinha essa noção. Eu passei a perceber quando me interessei a partir do convite que recebi da dirigente X. (Ent. 1)

Alguns serviços responsáveis pela circulação da informação no âmbito do SINDIFES foram citados como atividades importantes da prática sindical. A partir dessa indicação, durante a coleta de dados, optou-se por delimitar segmentos que abrangessem as principais frentes de atuação do sindicato, como mencionado anteriormente: O Departamento de assessoria jurídica, o Centro de memória e os GT. Os quais se constituem em diferentes instâncias, devido às particularidades já delimitadas. Todavia, esses departamentos, são responsáveis também por abrigar e

disseminar informações direcionadas à base e aos dirigentes sindicais. Esses departamentos trabalham na tentativa de municiar os indivíduos que, de alguma forma, possuem uma necessidade informacional.

Para a análise dos contextos de produção e uso da informação, enfatizaram-se as estruturas institucionais e sociais nas quais os usuários se encontram envolvidos. Nessa perspectiva, priorizou-se a abordagem social do EU, devido à necessidade de focar os usuários em seu contexto de ação, de troca e de produção de informação conforme alguns estudos já ressaltados: Araújo (2010), Gandra e Sirihal Duarte (2013) e Silva (2008).

O Departamento de Assessoria Jurídica dos sindicatos é visto como um importante instrumento de fonte de informação que atua para garantir os direitos dos trabalhadores. Seu principal objetivo é transmitir segurança jurídica ao público atendido a partir das informações jurídicas prestadas.

No Departamento de Assessoria Jurídica do SINDIFES, os advogados atendem todos os servidores que procuram por informações, porém para a abertura de processos e petições, entre outros serviços, é necessário que sejam associados. Dentre suas atribuições está a segurança da atividade final do sindicato, que é a defesa dos direitos da categoria.

Muitos interlocutores identificaram no serviço de assessoria jurídica a principal relevância do sindicato para os TAE que acompanham o movimento sindical. Esse serviço também é indicado por muitos como o mais procurado e acessível.

Eu precisei por causa de um processo administrativo, que foi uma coisa terrível na época, porque a gente é tomado de surpresa. Eu precisei que uma pessoa me indicasse um advogado do sindicato e eu já era filiada. E aí tive uma vitória muito grande e foi muito bom o trabalho do sindicato neste momento. Me livrou do processo administrativo com total isenção, sem nem constar na minha pasta de trabalhadora. Eu passei por este tipo de processo. Hoje, com a compreensão política que eu tenho, eu sei que eu sofri um assédio moral na época. Eu fui vítima de um assédio moral que culminou no processo administrativo. Eu era nova de trabalho e então eu não entendia. Então, foi o meu primeiro contato. (Ent. 1)

Quando precisei de atendimento jurídico, fui bem atendido. Não precisei entrar com a causa de fato, mas fiquei satisfeito com toda a assessoria que recebi. Tive resposta para as dúvidas que tinha. Acredito que o serviço funciona. (*Ent. 6*).

Os aposentados também procuram com frequência o serviço jurídico, conforme apontado nos relatos. Muitas vezes, por serem os mais prejudicados pelos baixos proventos. Além disso, o sindicato propicia por intermédio desse serviço o contato com parte da categoria que ainda se encontra na ativa, mantendo também o vínculo com a universidade.

A “grande” maioria dos servidores que procuram os serviços jurídicos são os aposentados, porque eles perdem aquele vínculo com a empresa e então se distanciam do movimento diário. A rádio peão é maravilhosa! Quando você está na ativa, você fica sabendo de tudo. Se você não entrar na internet, você escuta no corredor, no elevador... Acaba que você escuta. É uma classe que tem muito servidor. Os aposentados, eles perdem o foco, além do que, são pessoas que estão ainda naquela fase que não tinham tido a inserção da inclusão de pauta. E, então, muitos hoje utilizam da internet utilizando de filhos e netos, mas eles mesmos não conseguem. Quando estão sozinhos, aí eles buscam muito atendimento aqui. A maioria são aposentados. (*Ent. 2*).

O setor jurídico é responsável por municiar tanto os dirigentes quanto a base sindical, já que ambos necessitam do aporte informacional para o desenvolvimento das atividades sindicais. Dessa forma, a informação jurídica destaca-se como importante fator na luta por melhores condições de trabalho, a partir do conhecimento dos direitos da categoria.

A natureza do sindicato é 99.99% jurídica. E, então, o setor jurídico é o coração, o cérebro, o pulmão, o corpo do sindicato. Claro que os outros setores eles agregam, mas um sindicato sem o departamento jurídico não é um sindicato, porque o foco do departamento jurídico é exatamente as questões da luta da categoria, e esta luta envolve deste os aumentos salariais, as injustiças, os assédios, as perseguições, manifestações, greves, tudo em prol da melhoria da categoria. E isso a gente só consegue com base legal. Na força e na raça não funciona. E então se o amparo tem que ser legal, só da gente falar que tem que ser legal já virou o foco para o jurídico. E, então, é até a própria natureza da instituição. Se o jurídico não existir, não tem sindicato. (*Ent. 2*)

Outro setor responsável por prestar informações citado pelos entrevistados foi o Centro de Memória do SINDIFES, implantado a partir do pressuposto de que a informação é importante para o desenvolvimento do movimento sindical. Trata-se de

um centro especializado, que também objetiva dar visibilidade à importância histórica do Sindicato. É responsável por organizar e disponibilizar as informações relativas à história e ao cotidiano do sindicato. Abriga toda a trajetória histórica do SINDIFES e visa também sua disseminação aos TAE e aos interessados por essa informação.

Primeiro, vem a questão de preservação do documento, da história, o resgate da história, a organização da história do movimento sindical, porque se você não cuida acaba. A história do Centro de Memória é muito interessante. Nós tivemos um profissional da área que cuidou de tudo. Hoje, ele está no sistema de bibliotecas da UFMG. Ele foi o mentor de tudo. A importância deste trabalho está no resgate mesmo da história. As pessoas podem retirar as edições, levar, tomar emprestado. Tem filmes. Muita gente do sindicato conhece, mas não é muito procurado pelas pessoas de fora. Menos do que a gente esperava, mas acho que aí tem um problema de divulgação. Tem que trabalhar para melhorar. O importante é que nós temos um material muito bom. Hoje, nós temos um acervo com a nossa história, com a nossa memória. *(Ent.1)*

Atualmente, o departamento possui um profissional bibliotecário, que também é estudante de arquivologia. Este setor é responsável por organizar e disponibilizar os documentos informativos relativos à história e ao cotidiano do sindicato. Dessa forma, o Centro de Memória, além de organizar e preservar documentos, apresenta-se como um ponto de referência especializado de informações, que auxilia os dirigentes sindicais a ampliarem o seu horizonte de conhecimento sobre a história da instituição, bem como os integrantes da base sindical e/ou pesquisadores interessados no estudo e pesquisa de tal instituição e no sindicalismo no Brasil em geral. Assim, o Centro visa municiar com informações históricas e institucionais os dirigentes sindicais, funcionários da instituição, base sindical e demais pesquisadores.

Outro serviço que contribui para o processo de circulação e acesso da informação que apareceu nas entrevistas, já mencionado, foram os Grupos de Trabalho (GT). Apesar de atualmente eles se encontrarem inativos, ou seja, não se encontrarem em pleno funcionamento, conforme se constatou no trabalho de campo, continuam a ser uma referência destacada nas ações dos SINDIFES, conforme os depoimentos.

Os GT do SINDIFES foram criados para se constituírem em instância de debates, informação e circulação do conhecimento sobre temas diversos de interesse dos trabalhadores. No entanto, esses grupos ainda não atendem essa proposta. Apesar disso, os grupos ainda são incluídos de acordo com a necessidade prevista pelo sindicato de conformidade com a demanda.

As temáticas, na realidade, elas estão combinada com as pastas que nós temos, com as ações que nós temos no sindicato: políticas sociais, questão jurídica de lei e estas coisas, comunicação sindical, qualidade de vida e saúde do trabalhador, relações de trabalho e carreira, política e formação sindical. Temos também organização sindical, que é uma outra pasta que nós não tínhamos. Saúde do trabalhador e organização sindical nós colocamos agora. No ultimo congresso que a gente teve a necessidade de colocar. *(Ent.1)*

Ainda assim, as reuniões periódicas voltadas às discussões específicas de cada grupo foram interrompidas. Conforme apontado nas entrevistas, as demandas dos trabalhadores expressassem esse desejo.

Olha, queria que o GT fosse ativo. Mas só vejo a nível nacional. A nível local, a gente não tem. Inclusive, a gente está precisando muito de ter um GT mulher para discutir a atuação da mulher no trabalho, no sindicato, discutir sobre a mãe trabalhadora e discutir sobre vários assuntos pertinentes à mulher. *(Ent.4)*

Todavia, mesmo estando inativos os GT são reconhecidos como um espaço de discussão importante, por integrarem um conjunto de ações constitutivas do SINDIFES. Apesar de não está funcionando como instância de discussão de forma periódica, ainda assim tomam parte dos trabalhos feitos pelo SINDIFES:

É em função de algum evento que vai acontecer que os GT são chamados. Não teria que ser assim. Nós temos um seminário em setembro na UFMG. Um senador está convidado, como palestrante. A palestra dele vai ser sobre direitos humanos e violência nos campi universitários e direitos humanos. A gente está na organização do seminário deste fevereiro. Aí, a gente tem essa visão de trabalhar deste jeito. O GT é um grupo de trabalho que teria que funcionar sistematicamente, regularmente, para discutir políticas, para sentar com o trabalhador. É sinergia. Pode ser do sindicato para a base ou da base para o sindicato, mas não acontece assim. Às vezes, são os trabalhadores que chamam porque vai ter um evento e eles têm vontade de viajar para aquele evento e ai chama o GT. *(Ent.1)*

O próprio sindicato reconhece a necessidade de funcionar de forma periódica como instância de debate e discussão. A questão do funcionamento “sistemático” e “regular” do GT é também uma das preocupações que os dirigentes do SINDIFES apontam, por reconhecerem a necessidade premente do desenvolvimento dessa ação de política social. Dessa forma, existe a possibilidade de os GT voltarem ao pleno funcionamento, conforme sugere a fala de entrevistado representante do sindicato.

Vamos voltar com os GT num futuro que tomara que não seja muito distante, porque é muito ruim você procurar a base só na época de eleição. Mas a base, igual eu falo, a relação do sindicato com sua base não pode ser uma relação de *amor platônico*. O sindicato encaminha a luta, mas tem que ter uma base de resposta. Você chama em época de greve, por exemplo, e a base tem que comparecer, porque sem o povo não tem luta. O povo que faz a diferença. E, então, a gente tem que montar esta relação do sindicato com a base e o GT. O grupo de trabalho é superinteressante, mas não está funcionando no que é definido para a gente, não. (Ent. 1)

Os GT são coordenados por membros da Diretoria do sindicato, prioritariamente ligados aos temas debatidos nos diferentes grupos. Os GT expressam a dimensão cidadã e coletiva do sindicato com base em sua proposta de promover a conscientização da categoria; Portanto, implementando ações de natureza coletiva que mobilizem a base em prol das causas abordadas no cotidiano do sindicato.

Muitas vezes, o sindicato pode ser uma porta para a participação em outros tipos de ativismos. Na própria universidade, vemos alguns movimentos que têm como bandeira o debate antirracismo, a conscientização sobre o assédio moral. Considero esses movimentos importantes para toda a comunidade universitária, não só para nós servidores. (Ent.6)

Em suma, a partir das respostas dos entrevistados, percebeu-se que, muitas vezes, os trabalhadores procuram o sindicato com base em suas demandas informacionais. Essa procura parte de necessidades tanto particulares como coletivas. Nessa perspectiva, o sindicato funciona como contexto de produção e de uso de informações relevantes ao cotidiano dos trabalhadores.

#### 5.4 Informação para a cidadania dos técnico-administrativos em educação

Informação e cidadania são duas temáticas correlacionadas no âmbito do sindicato. O acesso à informação propicia aos indivíduos o conhecimento de seus direitos fundamentais e obrigações correspondentes. A cidadania firma-se no conhecimento, que somente poderá ser obtido mediante o acesso às informações disponibilizadas e acessadas pelos indivíduos.

Olha o papel do sindicato é fazer a consciência política das pessoas, defender os direitos. Infelizmente, acho que a cadeia de formação fica muito a desejar. Mas ainda acho que o sindicato tem a contribuir para o resgate da cidadania de cada pessoa, e não só dos seus afiliados, não só da universidade, dos trabalhadores administrativos da educação, mas de toda a sociedade em geral. Pra mim, cidadania é você respeitar, compreender, aceitar todas as pessoas, os seus direitos, os seus deveres, não fazer acepção de pessoas e ajudar mesmo para que as pessoas alcancem a cidadania. Porque a cidadania se compõe de uma boa educação, o respeito a sua individualidade e a sua especificidade (*Ent.4*)

Especialmente no caso dos trabalhadores o conhecimento de vários documentos legais responsáveis por assegurar seus direitos é fundamental, como citado nas entrevistas: a Constituição brasileira, a CLT, os Planos de Carreira, e os Estatutos que regem o SINDIFES, entre outros.

O sindicato me mantém mais informado sobre os meus direitos como servidor. Acredito que durante as assembleias que são feitas tenho acesso a informações que não tenho na minha rotina normal. Alguns direitos que temos só conheci pelo sindicato. Já conseguimos melhorias em relação à época que entrei, e acredito que esses ganhos são maiores ainda, se comparado com a fase anterior à minha entrada, que quem já estava aqui enfrentou. (*Ent. 8*)

Em relação à garantia da cidadania como direito dos trabalhadores, Santos (1987) afirma que existe uma dependência implícita entre sindicato e Estado, o que o autor define como “cidadania regulada”. Reforçando essa ideia, Pinto (2004) afirma que essa lógica reforça o poder do mercado sobre os trabalhadores. Essa visão crítica, de certa forma, é compartilhada pelos trabalhadores, que veem no sindicato a representação coletiva na busca pelos direitos da categoria.

De maneira geral, grande parte dos trabalhadores tem ciência do que significa ter acesso à cidadania, do que é cidadania, e valorizam o papel que o sindicato desempenha nesse aspecto e no cotidiano dos TAE.

Cidadania pra mim é o sentimento de pertencimento. É a minha consciência para além do individual. Eu sou nascida num país, num estado da federação, numa cidade, e esta questão de pertencimento. Pertencimento a um país, a um povo que tem a mesma língua materna que eu, que sofre os mesmos problemas que eu. O compromisso que a gente tem de construir o país da gente e de representar bem o país da gente, tanto na vida individual quanto na vida coletiva. Tanto na vida pessoal quanto no trabalho, no sindicato. *(Ent.1)*

Me remete a direitos. É você conhecer quais são seus direitos, deveres, participação, no trabalho, na escola. Cidadania é você estar presente. E que os nossos direitos de trabalhadores e deveres eles sejam estendidos e alcançados para todos. *(Ent.5)*

Cidadania para mim é cumprirmos nossos deveres, mas também termos nossos direitos básicos assegurados. *(Ent.6)*

É ter direitos e acesso a estes direitos como cidadão. *(Ent.7)*

Apesar de as falas dos entrevistados demonstrarem a emergência de certa consciência crítica em meio a categoria, isso não pode ser generalizado. Conforme argumenta Araújo (1998) em seu estudo, a apropriação da informação por parte dos sujeitos sindicalizados é o que propicia a construção de sentido às ações dos movimentos sociais. Para Araújo (1998, p.198) “a ação educativa desenvolvida através das práticas informacionais, trabalha no sentido de aprofundar o processo de conscientização que possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania”. É nesse sentido que as ações informacionais desenvolvidas no âmbito do SINDIFES são fundamentais ao processo de construção e ampliação da consciência política da categoria de maneira geral.

## 5.5 Práticas informacionais dos técnico-administrativos em educação

Grande parte dos entrevistados atribui expressivo valor à questão da informação no âmbito sindical. O intercâmbio de informações, que é favorecido no âmbito sindical, garante tanto aos trabalhadores quanto aos dirigentes o reconhecimento e a identificação dos mesmos como categoria.

Os técnicos administrativos da educação são muito inteligentes. Politicamente, acho que todos estão bem conscientes do momento político que a gente está vivendo. E quando você junta, uma coisa é você aprender sozinha na sua casa ou na internet, friamente e a outra coisa é a questão do grupo. A vida na coletividade ela é sempre melhor. Então, quando soma todo mundo, até o sofrimento da gente parece que é diluído e é menor. E, então, tem muita contribuição da base com relação a tudo. Tem coisas que não partiram nem do sindicato, foram encaminhadas pela base e foram acertadas. (Ent. 1)

A questão das assembleias é muita gente dando a sua opinião própria, e sempre com base em informações, que eles buscam, nos diversos meios de comunicação. Numa assembleia você chega com uma ideia, mas aquilo que o outro traz, é fundamental. Por isto que política é na base de informação. O cotidiano envolve interesses éticos, raciais, políticos. E tem tudo. Você tem várias questões, as diferenças. E, então, isto aí faz com que a gama de informações tenha que ser diversificada. Você tem que estar ali o tempo todo se informando. (Ent.2)

A informação disponibilizada pelo sindicato tem a função social. E, então, eu acho que eles devem aprimorar sempre, pois é enriquecedor para todos nós. (Ent.5)

Os eventos de militância, as assembleias feitas durante os períodos de greve e mesmo, as reuniões realizadas periodicamente são caracterizados como espaços de discussões e de intercâmbio de informações úteis aos TAE. Esses encontros são também responsáveis pela democratização da informação.

A gente busca sempre estar informada, apesar de algumas vezes sermos tomados de sobressaltos por algumas informações que alguns trabalhadores sabem, e eu, como sindicalista, ainda não sei. Então, se a pessoa pergunta, questiona, eu vou ter que ir atrás da fonte dessa informação, perguntando: 'Vocês ouviram isso aonde?' Sempre existe esse disse-me-disse de corredor, mas as informações têm que ter fontes. Então, a gente vai buscar essa informação. (Ent. 1)

Essa fala vai ao encontro dos argumentos de Araújo (1998), Baptista (2001), Oliveira (2005) e Adão (2008), quando em seus estudos enfatizam que para os dirigentes

dos movimentos sindicais a informação é parte fundamental da ação sindical. Isso é o que se observa também a partir desta pesquisa, conforme o relato abaixo.

Em relação às informações que acesso no meu dia a dia, penso que nós temos que ter uma análise de conjuntura de mundo, porque no mundo de hoje nenhum país caminha sozinho. O Brasil não caminha sozinho. Vivemos um período difícil no governo. De forma geral, a maioria das pessoas está buscando esse tipo de informação. Então, nós temos que estar informados. Mais especificamente a respeito do serviço público federal, eu busco informações na FASUBRA, que é a Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras. Essa federação congrega todas as universidades. Sempre busco informações no site da FASUBRA, que, inclusive, não está muito bom. Situação que já estamos tentando mudar a algum tempo, inclusive, no último congresso que participamos. *(Ent. 1)*

Para analisar as práticas informacionais no SINDIFES, é preciso levar em conta os contextos de produção e uso das informações sindicais. Na perspectiva da abordagem social, a base e os dirigentes sindicais são ao mesmo tempo produtores e usuários de informação, pois interpretam e reconstróem as informações que recebem em seu cotidiano.

A interpretação dos usuários de determinado tipo de informação demonstra que esses indivíduos criam significado para os demais num mesmo contexto de interação. Essa ideia é reforçada por Silva (2008, p. 58) quando advoga sobre a importância da etnometodologia no estudo das ações de busca e de uso da informação:

Os conceitos da etnometodologia demonstram que o indivíduo é o protagonista de suas ações, criando significado e indicações para os outros indivíduos na interação. A etnometodologia pode ser suporte para os estudos de usuários se considerarmos a busca e o uso de informação como ações de indivíduos em contextos complexos e dinâmicos, interagindo com outros indivíduos envolvidos no processo.

A partir do momento em que o indivíduo acessa a informação em seu contexto de ação, nesse caso, o sindicato, ele constrói, altera e redefine a realidade na qual vive. A interpretação por parte do indivíduo que acessa a informação é largamente influenciada pelas estruturas e pelas relações nas quais ele está inserido: sociais, culturais e institucionais. Esse fator torna-se evidente principalmente no contexto

sindical, em que a posição ocupada pelo indivíduo define também o acesso à informação - neste caso, informações direcionadas à base ou aos dirigentes.

As respostas dos entrevistados demonstram que eles tiveram seus primeiros contatos com o sindicato a partir de formas e motivações distintas. Este processo foi permeado por diversas motivações. Seus discursos também indicam que a percepção que possuem sobre o sindicato é influenciada por vários elementos, dentre os quais se destacam: os institucionais (base ou dirigentes), os sociais, o conhecimento e as experiências anteriores.

Observou-se, ainda, que no contexto do SINDIFES a informação é um elemento fundamental para os indivíduos na luta pelos direitos. É a partir da apropriação e da atribuição de significado às informações recebidas que os indivíduos tomam consciência dos seus direitos e deveres e norteiam suas ações coletivas. Nesse processo de construção de sentido à informação é que se abre um campo de possibilidade de produção de suas práticas informacionais em seus espaços de interação. Esse movimento que as observações de campo *in loco* e à consulta documental empreendida propiciaram, permitiu interpretar e compreender a atuação política sindical como um espaço aberto a discussões, reclamações, queixas e reivindicações promovidas pelo SINDIFES.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou as práticas informacionais dos indivíduos que acessam a informação no âmbito sindical, com base em um estudo de caso realizado no Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES). Cujo objetivo foi compreender as práticas informacionais da base e dos dirigentes sindicais que buscam e disponibilizam informações no âmbito do sindicato.

Não se procurou com esta pesquisa encontrar repostas definitivas para tal processo, nem esgotar o tema. Ressaltando que o esforço, foi no sentido de realizar uma pesquisa exploratória, capaz de esclarecer o papel de atuação e o trabalho desenvolvido pelo SINDIFES em prol da mobilização, da defesa dos direitos e do processo de conscientização dos servidores.

Para tanto, procurou-se inicialmente, discutir, com base na literatura específica, os fatores intervenientes na história do sindicalismo brasileiro, como as transformações do mundo do trabalho com o avanço da tecnologia e a reestruturação produtiva, com ênfase nas temáticas: “Terceirização” e “Precarização do trabalho”. Constatou-se que estes fatores afetam todos os trabalhadores, independente da forma de emprego, formal, informal ou pública.

A partir da contextualização do objeto de estudos, o SINDIFES, empreendeu-se também como fundamentação teórica o Estudo de Usuários (EU), incluindo suas abordagens, com ênfase na abordagem social, para o entendimento das práticas informacionais dos indivíduos que fazem uso da informação no âmbito dos sindicatos. Isso se deu devido à necessidade de focar os usuários em seu contexto de ação, de troca e de produção de informação.

A escolha da abordagem social do EU permitiu focalizar o aspecto social da informação, evidenciando o contexto no qual o usuário está inserido no processo de busca da informação. Permitiu também analisar o indivíduo com base em sua capacidade de criar a própria interpretação, atribuindo sentido à informação a partir de suas experiências. Tendo-se claro que os dirigentes e a base sindical acessam a

informação no âmbito sindical a partir de diferentes experiências para diferentes finalidades.

Na sequência identificaram-se as temáticas que influenciam diretamente o cotidiano dessa categoria de usuários da informação e que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, como: comunicação sindical, tecnologia, informação e cidadania. O trabalho de campo permitiu visualizar a maneira como o SINDIFES intervém nos cotidiano dos TAE (técnico-administrativos em educação).

Os sindicatos comportam grande fluxo informacional. No contexto sindical, a informação assume um importante papel, pois é o principal fator responsável por municiar os dirigentes sindicais, a base sindical, os ativistas e os militantes que tratam da defesa dos direitos dos trabalhadores. Os sindicatos foram aqui considerados como um tipo de organização social e política. Portanto, os processos de práticas informacionais foram contextualizados nesse espaço de acordo com sua singularidade.

Como práticas informacionais neste trabalho considerou-se o estudo dos fenômenos informacionais, a partir da atuação e da perspectiva dos indivíduos (base e dirigentes do sindicato) na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação das informações no contexto do SINDIFES. Ou, ainda, a ação vivenciada pelos atores envolvidos no movimento sindical, que geram e compartilham informação, atribuindo-lhe significado a partir de suas vivências e interações cotidianas.

Essa consideração foi delimitada a partir dos estudos das práticas informacionais em diferentes âmbitos, que já foram desenvolvidos no campo da Ciência da Informação, que afirmam que o indivíduo não deve ser separado de seu “mundo social” (ARAÚJO, 1998; ARAÚJO, 2010; PINTO, 2004; PINTO, 2012; SILVA, 2008).

A intenção aqui proposta, em certo sentido, visou ampliar a discussão do termo *práticas informacionais* no campo da CI, tendo a perspectiva também de trazer alguma contribuição para o estímulo de pesquisas futuras que abordem essa temática em diferentes contextos.

Ao definir o recorte da pesquisa, optou-se por priorizar alguns dos principais serviços oferecidos, pelo SINDIFES aos Técnicos Administrativos em Educação (TAE) associados: o Departamento de Assessoria Jurídica, o Centro de Memória e os Grupos de Trabalho (GT). Essa delimitação foi feita com base no levantamento de informações e nos documentos disponibilizados pelo próprio SINDIFES.

Esses departamentos se destacam como principais fontes de informação e são responsáveis por abrigar diferentes tipos de informação, com diferentes aspectos. Essa delimitação permitiu investigar o SINDIFES e verificar que este sindicato configura-se como um espaço plural, responsável por abrigar em seu interior distintos serviços e desenvolver ações que corresponda à práticas informacionais significativas para o coletivo representado.

Atentando para a dinâmica das práticas informacionais é que se atestou como aspecto central o papel da informação no âmbito sindical. As partir das entrevistas, percebeu-se de forma clara como esse processo ocorre na prática cotidiana do movimento sindical.

Apurou-se que o movimento sindical tem seu trabalho confirmado a partir da interação dos atores sociais na busca e apropriação da informação e, em certo sentido, na ampliação do conhecimento de seus direitos trabalhistas, políticos e sociais, por consequência, como citado pelos entrevistados. Mostrou que os TAE possuem reconhecimento pelo sindicato como entidade representativa em prol do coletivo e das ações sindicais que contribuem para uma consciência politizada e para a construção e prática da cidadania.

Essa constatação reforça a afirmativa defendida por Pinto (2004) de que o movimento social ocorre a partir da interação dos atores sociais na busca por informação e conhecimento. Essa busca permite aos atores sociais construir suas próprias histórias, tornando-se capazes de conquistar seu espaço como indivíduos mais atuantes na sociedade. Nessa perspectiva, a pesquisa apontou que a informação possui importante papel social, como elemento de ação que pode servir para a transformação do indivíduo que a acessa.

Os resultados ressaltaram, também, que a informação não garante a transformação; apenas oferece ao indivíduo a possibilidade de realizá-la, ou não, na construção e na prática da cidadania. Esse aspecto ficou evidente quando se avaliou o envolvimento dos indivíduos com as causas sindicais, especialmente no que diz respeito ao conhecimento sobre política e direito das pessoas que integram ou já integraram a formação do quadro do sindicato, já que partiu-se da afirmação de que os indivíduos atribuem sentido à informação a partir de suas experiências.

O trabalho de campo permitiu visualizar a maneira como o sindicato intervém no cotidiano dos TAE. Em relação à base sindical, percebeu-se que em alguns casos a participação do movimento sindical fez com que o acesso a informações antes desconhecidas despertasse uma consciência politizada, responsável também por orientar a participação em outros movimentos sociais de caráter coletivo.

Esse quadro reforça o pensamento de Pinto (2004) de que a informação tem valor apenas quando transmitida, comunicada, compartilhada e inserida no processo de construção coletiva do conhecimento. A autora afirma que “para que tenha um impacto social, o conhecimento precisa ser compartilhado a fim de contribuir para a proposição de ações alternativas, como o intento de modificar conceitos impregnados pela cultura vigente e que perpetuem as desigualdades na sociedade”.

Com base nas colocações feitas pelos interlocutores quando questionados sobre o que entendiam por “cidadania”, reconheceu-se a importância do movimento sindical em despertar nos indivíduos o conhecimento e a garantia dos direitos. Concluiu-se que o movimento sindical contribui também para a formação cidadã, pois tem como principal objetivo representar os trabalhadores, com a humanização das relações de trabalho, ampliando direitos e evitando as perdas dos direitos já consolidados, contribuindo, assim, para a mudança de muitas realidades.

O trabalho de campo e as entrevistas permitiram estabelecer um diálogo rico de informações sobre a realidade vivenciada no cotidiano dos TAE sindicalizados. As entrevistas aplicadas favoreceram a apreensão de informações relevantes para este estudo.

Alguns percalços recorrentes no cotidiano dos TAE, todavia foram evidenciados durante a pesquisa como: a ausência do sindicato em algumas unidades das universidades e dos IFES, principalmente quando o sindicato não se encontrava em movimento de greve em prol de melhores salários e condições de trabalho. No entanto, o SINDIFES é reconhecido como entidade representativa, como voz ativa em prol do coletivo.

Ainda assim, também foi perceptível e evidenciado pelos próprios TAE a falta de ações no âmbito do próprio sindicato que criem militâncias para lidar com problemas recorrentes vivenciados no cotidiano dos servidores. Nesse sentido, o funcionamento efetivo dos GT foi apontado como solução para esses problemas, já que esses canais promovem o envolvimento dos frequentadores com temáticas que fazem parte do cotidiano dos TAE. Esses GT também ampliariam os canais de comunicação entre a base e o sindicato.

Concluiu-se que os sindicatos constituem-se em espaços de interação responsáveis por contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento dos trabalhadores, confirmando o pressuposto de que quanto maior o acesso às informações disponibilizadas pelos movimentos sociais, maiores as possibilidades de acesso aos direitos ou às condições de cidadania.

Dentre as limitações enfrentadas durante o percurso da pesquisa, a principal foi evidenciada durante o trabalho de campo, visto que a intenção inicial era o estudo, em profundidade, dos Grupos de Trabalho (GT). Este estudo seria realizado mediante entrevistas com pelo menos dois dirigentes desses grupos e TAE participantes, e ainda, a participação nos encontros presenciais. Porém, devido ao fato desses encontros não terem ocorrido durante a realização da pesquisa de campo entre outubro de 2014 e agosto de 2015, a ideia foi abandonada. Conseqüentemente, os rumos da pesquisa e a amostra inicialmente definida foram modificados.

Por outro lado, essa mudança permitiu a escolha de outros rumos que privilegiaram o conhecimento de outros setores e suas particularidades. Dessa forma, possibilitou

a identificação do sindicato como um espaço plural, responsável por abrigar distintas informações para diferentes fins.

Outra limitação enfrentada foi a pouca literatura sistematizada existente sobre a abordagem social do EU no campo da Ciência da Informação. Os estudos ainda se mostram incipientes, porém consistentes, sobretudo, considerando os resultados já alcançados com as pesquisas desenvolvidas. Indica-se também a necessidade de estudos que tragam a etnometodologia como suporte para o desenvolvimento da abordagem social do EU. Esse construto teórico, apesar de pouco abordado no campo da CI, mostra-se relevante, por considerar os indivíduos em seu contexto de ação, agindo a partir das regras e normas que os conduzem em seu cotidiano. Nesse sentido, ao abordar essa temática, esta pesquisa também visou contribuir para a diminuição dessa lacuna ainda existente.

Como contribuição, esta pesquisa promove o conhecimento de parte do funcionamento do SINDIFES e de como as práticas informacionais ocorrem nesse contexto, trazendo a tona opiniões e respostas de sua base, composta pelos TAE, que podem futuramente orientar as ações e as atividades desenvolvidas pelo referido sindicato. Nesse sentido, espera-se, também, como consequência deste trabalho o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho desses servidores, com a humanização das relações de trabalho, ampliando direitos e evitando também as perdas dos direitos já consolidados.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas futuras, no campo da CI, que abordem as práticas informacionais em diferentes contextos sociais. Essas pesquisas poderão contribuir com a sistematização de estudos, que permitam viabilizar o conhecimento das práticas informacionais em diferentes tipos de sindicatos ou movimentos sociais, para posterior análise e comparação dos resultados dessas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira. **Informação para a ação**: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador. 2008. 190 f., enc. Dissertação (mestrado em Ciência da informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 95p. (Coleção primeiros passos).

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 155 p.

ANTUNES, Ricardo L.C; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set., 2009.

\_\_\_\_\_. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23 - 39, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: **XIV ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2013. Comunicação oral apresentada ao GT03 - Mediação, Circulação e Apropriação Informação.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v.6, n.1, p. 31-54, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/245>> Acesso em: 02 fev.2013.

ASSIS, Manoel de. **Luta contra a burocratização e o machismo nos sindicatos**. Disponível em: <<http://pstual.blogspot.com.br/2012/06/luta-contraburocratizacao-e-o-machismo.html>> Acesso em : 03 jun 2013. Publicado em 30 de Junho de 2012.

BAPTISTA, Dulce Maria. A busca da informação por parte de entidades representativas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n.2, p16-19, maio/ago. 2001.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuários: uma visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12, n.2, p.168-184, maio/ago. 2007.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da Informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v.8, n.4, 1994. Disponível: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest.htm>>. Acesso em 12/jun/2013.

BOITO JR., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.) *et al.* **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 45-91.

BOITO JR. Armando; MARCELINO Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 190 p. (Ciência da informação e da comunicação).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292p.

BRASIL. Ministério da educação. **Plano nacional de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do PCCTAE**. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2014/09/minuta-do-plano-nacional-de-desenvolvimento-profissional-pcctae.pdf>> Acesso em 5 mai. 2015.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...*Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CARVALHO, Wellington Marçal de *et al.* Centro de memória do sindicato dos trabalhadores nas instituições federais de ensino (SINDIFES): retomada, preservação e disseminação da história dos técnico-administrativos em educação da UFMG, CEFET-MG, UFVJM e IFMG. In: LOPES, Carla Machado; REGOS, Tatiani Carmona (Org). **Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 104p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CHOO, C. W. Como ficamos sabendo – um modelo de uso da informação. In: \_\_\_\_\_, **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac, 2003. cap. 2, p. 63-120.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 78p. (Coleção Primeiros passos/250).

DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, n. 60, 5-43, 2003.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n 115. p. 139-154, março 2002.

FARIA, Marcio Almeida de. **O modelo sindical brasileiro**. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6665/o-modelo-sindical-brasileiro>>. Acesso em 03 de jun de 2013.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Estudos de usuários. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. cap. 1. p. 7-19 e cap 5. p. 65-85.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

\_\_\_\_\_. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009. 196 p. (Coleção Pesquisa qualitativa)

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139-152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>>. Acesso em 11 de mai de 2014.

GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 13-23, set./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Interlocações entre a análise de domínio e os estudos de usuários da informação: contribuições para uma abordagem sociocognitiva. In: **XIV ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2013. Comunicação oral apresentada ao GT03 - Mediação, Circulação e Apropriação Informação.

GUESSER, A. H. **EmTese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC vol. 1, nº 1 (1), p. 149-168. 2003.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Brique de Lemos, 1996. 119p.

LEITE, Marcia de Paula (Org.). **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1997. 255p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 260p. (Coleção Trans).

MANGUE, Denise Catarina Silva. Organizações de defesa do cidadão. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P39-44.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social: discursos e práticas de informação**. 1992. 390 F. Tese (Doutorado em comunicação) – Escola de comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan./dez. 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. **O sindicalismo Brasileiro Após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

MARQUES, Rodrigo Moreno. **Intelecto geral e polarização do conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo**. 254f. 2014. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.1, p.118-127, maio/ago., 2007.

MENEZES, Wellington Fontes. **Os rumos do mercado de trabalho latino-americano: precarização, informalidade e desertificação do emprego**. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?. 3., 2008. Londrina. *Anais...* Londrina: GEPAL-Grupo de estudos de política da América Latina, 2008. 15p. Disponível em: <[www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/wellingtonmenezes.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/wellingtonmenezes.pdf)> Acesso em: 23 Jan. 2015.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2 ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 204 p.

MOURA, Maria Aparecida. **Tecnologias da informação e capacitação de trabalhadores no setor de telecomunicações**. 1996. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. 149 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 190 p. (Ciência da informação e da comunicação)

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **Práticas informacionais dos dirigentes do Sindicato dos Bancários de BH e região**. 2005. 137 f., enc.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

PINTO, Flávia Virginia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**: Campinas, v 24, n 3, p 219-226, set/dez. 2012.

PINTO, Flávia Virginia Melo. **Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte**. 2012.152f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PINTO, Meyke Vilas Boas. **Práticas informacionais para a construção da cidadania**: um estudo de caso sobre os atores sindicais da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. 2004. 155 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina** . Colección Grupos de Trabajo de Clacso: Buenos Aires -Arg, 2005 p.163-180. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/sindi/pochmann.pdf>.> Acesso em 23 Jan. 2015.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009 *apud* CORDEIRO; FLAUZINO; NASCIMENTO. Comunidades colaborativas online: você faz parte de qual rede social? In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P91-98.

REIS, Alcenir Soares; SILVA, Alberth Sant'Ana; MASSENSINI , Rogério Luís. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P 17-24.

RIBEIRO, Marcia Weber Lotto; FARIA, Fernanda Cury de. Polêmicas sobre a liberdade sindical do servidor público civil. **Revista científica semana acadêmica**. Fortaleza. Ed 12. Vol1. 2012. ISSN: 2236-6717. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigopolemicasliberdadesindical.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2015.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A etnometodologia como programa de investigação educacional. **Evidencia**- olhares e pesquisas em saberes educacionais – Uniaraxa / ISE – ano II – nº 02- 2006- p. 187-206.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SANDRI, Adriano. **Sindicalismo em tempos de qualidade total**. 2.ed. Contagem: Palesa, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. **Revista Estudos do Trabalho - RET**, Ano V, Número 8, Marília, UNESP, p.1-17. Disponível em: < <http://www.estudosdotrabalho.org>.> Acesso em 28 Jan. 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Reflexões sobre a questão do liberalismo: um argumento provisório. In; LAMOUNIER, B; WEFFORT, F.C.; BENEVIDES, M.V. **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: Queros, 1981.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino. **Histórico do SINDIFES**. Disponível em: <http://www.sindifes.org.br/>. Acesso em: 21 jan de 2015.

SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. **Disciplina Tópicos especiais em Ciência da Informação: usuários da informação e práticas informacionais**. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/ufmg6.htm>>. Acesso em: 21 out de 2013.

TAVARES, Rosilene Horta. **Trabajo, Tecnología de la Información y Política de las Transnacionales como Factores de Análisis de la Desigualdad Digital en Brasil**. 626f. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Universidade Complutense de Madri, Madri, Espanha, 2004.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VENTURINI, Walter. A nova cara do sindicalismo brasileiro. **Teoria e Debate**, São Paulo, publicado dia 20/04/2006. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/nacional-nova-cara-do-sindicalismo-brasilei>>. Acesso em 21/03/2013.

WERSIG, G. Information science: The study of postmodern knowledge usage. **Information Processing e Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

## APÊNDICE A

### **Roteiro de entrevistas dos integrantes do sindicato (tópico guia)**

#### **Quem serão os entrevistados;**

Técnicos Administrativos em Educação (TAE) que utilizam os serviços prestados pelo Sindicato.

#### **1º bloco:**

##### **Objetivo: identificar o perfil dos entrevistados**

Nome

Idade

Formação

Cargo ocupado /Trabalho que desempenha

- 1) Tempo de atuação ou que acompanha o movimento sindical
- 2) Percepção sobre o sindicato
- 3) Motivação para ingressar, participar ou acompanhar o movimento sindical

#### **2º bloco:**

##### **Objetivo: Identificar o cotidiano dos entrevistados**

- 1) Importância do Sindicato
- 2) Serviços prestados pelo sindicato conhecidos ou já utilizados
- 3) Situação que procura o sindicato
- 4) Antes do sindicato integrava ou participava de algum outro tipo de movimento social ou coletivo
- 5) Conhecimento sobre os GT (Grupo de trabalho), Serviço Jurídico ou Centro de Memória
- 6) Mudança no cotidiano, após conhecer o Sindicato

**3º bloco:**

**Objetivo: Entender o papel que a informação desempenha no Sindicato. E como ocorre a interação dos indivíduos nos espaços de informação**

- 1) Informação utilizada no desempenho do trabalho
- 2) Como obtêm a informação necessária. Tipos de fontes de informação (impressas, internet...) utilizadas
- 3) Tipo de informação procurada no Sindicato
- 4) Acredita que a informação disponibilizada pelo sindicato aos TAE ajuda no cotidiano. De que maneira
- 5) Formas de mobilização empreendidas pelos trabalhadores geradas a partir do contato com as informações disponibilizadas pelo sindicato
- 6) Entendimento sobre cidadania

## APÊNDICE B

### Roteiro de entrevistas direcionada aos Dirigentes do sindicato (tópico guia)

#### **Quem serão os entrevistados;**

Dirigentes, diretores ou funcionários do Sindicato

#### **1º bloco:**

##### **Objetivo: identificar o perfil dos entrevistados**

Nome

Idade

Formação

Cargo ocupado /Trabalho que desempenha

- 1) Tempo de atuação no movimento sindical
- 2) Motivação para ingressar no movimento sindical
- 3) Envolvimento político anterior ao sindicato

#### **2º bloco:**

##### **Objetivo: Identificar o cotidiano dos entrevistados**

- 1) Rotina de trabalho como dirigente sindical
- 2) Principais dificuldades enfrentadas
- 3) Aproximação dos dirigentes com a base sindical

#### **3º bloco:**

**Objetivo: Entender o papel que a informação desempenha no Sindicato. E como ocorre a interação dos indivíduos nos espaços de informação**

- 1) Como funcionam os GT, o Centro de memória e o serviço jurídico
- 2) Como as informações disponibilizadas pelo sindicato influenciam a base sindical
- 3) De que maneira a informação disponibilizada pelo sindicato aos TAE ajuda no cotidiano dos mesmos
- 4) Formas de mobilização empreendidas pelos trabalhadores geradas a partir do contato com as informações disponibilizadas pelo sindicato
- 5) Entendimento sobre cidadania

## APENDICE C

**UFMG**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Escola de Ciência da Informação**

**Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação**

### ***Carta de apresentação***

***Prezado(a) Diretor(a) do Sindicato dos Trabalhadores  
das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES)***

Eu, Adriana Soares Viana, aluna do curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Matrícula 2013708585, orientanda do Profº Rubens Alves da Silva, venho por meio desta apresentar minha proposta de pesquisa intitulada “**Práticas informacionais em sindicatos**”.

O presente estudo visa identificar o papel atribuído à informação no âmbito sindical. Procura abordar a informação como elemento de mudança social, a partir da análise do comportamento informacional dos TAE – Técnicos Administrativos em Educação. Busca ainda destacar a importância do movimento sindical (SINDIFES) para a melhoria do trabalho dos TAE na Universidade.

O SINDIFES foi escolhido para a pesquisa, pois muitos TAE participam dos movimentos promovidos pelo sindicato ou se beneficiam de alguma forma de suas atuações. Dada à importância do SINDIFES para os servidores, manifesto meu interesse em realizar a pesquisa junto ao Sindicato, por conhecer o serviço prestado pelo sindicato, neste caso como servidora da UFMG e acreditar que este departamento contribuirá para a compreensão da problemática proposta neste estudo.

Conto com a colaboração de todos, colocando-me a disposição para quaisquer esclarecimentos relativos à pesquisa. Esclareço que todas as informações coletadas

serão utilizadas, exclusivamente, para a finalidade da pesquisa, garantindo o anonimato e o sigilo de todas as informações coletadas.

**Belo Horizonte, Abril de 2015.**

**Atenciosamente,**

---

**Adriana Soares Viana**

---

**Orientador: Rubens Alves da Silva**

## APÊNDICE D

### **Carta de Apresentação ao servidor entrevistado**

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida para o curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), orientada pelo Prof<sup>o</sup> Rubens Alves da Silva, e intitulada: **“Práticas informacionais em sindicatos”**.

A pesquisa procura abordar a informação como elemento de mudança social, a partir da análise do comportamento informacional dos TAE – Técnicos Administrativos em Educação. Busca ainda destacar a importância do movimento sindical (SINDIFES) para a melhoria do trabalho dos TAE na Universidade.

Conto com a sua colaboração, colocando-me a disposição para quaisquer esclarecimentos relativos à pesquisa. Esclareço que todas as informações coletadas serão utilizadas, exclusivamente, para a finalidade da pesquisa, garantindo o anonimato e o sigilo de todas as informações coletadas.

**Belo Horizonte, Maio de 2015.**

**Atenciosamente,**

---

**Adriana Soares Viana**

**Matricula: 2013708585**

***Mestranda em Ciência da Informação - UFMG e Técnico-administrativa UFMG***